

# Informe econômico

Publicação do Curso de Ciências Econômicas/UFPI

Ano 11 / Nº 18

Outubro/Novembro/Dezembro/2008

- 2 Os economistas e a apologia contemporânea do mercado  
Samuel Costa Filho
- 5 Discriminação e precariedade do trabalho feminino no Brasil-1996/2006  
Rosa Irlândia do Nascimento e José Lourenço Candido
- 9 A inserção das mulheres no mercado de trabalho  
Adiane C. do Nascimento
- 10 Economia, Brasil: Conversando  
Entrevista - Luiz Carlos Rodrigues Cruz 'Puscas'
- 15 Políticas Públicas e Ações Afirmativas nas Universidades  
Solimar Oliveira Lima
- 17 Liberalismo, comunitarismo e a abordagem das capacidades de Amartya Sen  
José Sergio Duarte da Fonseca
- 18 O dia que o mundo não acabou *ainda*  
Antonio Carlos de Andrade
- 19 Os caminhos da crise  
Márcio Braz
- 22 Evolução do ensino de economia e a necessidade da reforma curricular  
Fernanda Rocha Veras e Silva
- 26 Distribuição dos recursos do PRONAF: Investimento entre os diferentes Estado e identificação do perfil dos beneficiários  
Márcia Aparecida Paiva Silva, Aracy Alves de Araújo e João Eustáquio de Lima
- 28 Ocupação econômica e dinâmica do mercado de terra em Palmeira do Piauí-PI  
Edson Chaves Ferreira e M<sup>º</sup> do Socorro Lira Monteiro
- 30 Tarifas bancárias  
Zilneide O. Ferreira

## Editorial

*Informe: todos estávamos com muita saudade sua. Mas agora está de volta; seguirá cumprindo o seu papel. Um lugar de elaboração de pensamento tal o Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) é a medida do que publica; publicações, claro, de seus corpos acadêmicos em permanente ação.*

*Este Informe Econômico é um exemplo dos melhores de comunicação dos estudos realizados em nosso meio acadêmico. Ancorado no Departamento de Ciências Econômicas (Decon), há mais de uma década vem atualizando horizontes de leitura na temática de acento econômico, permeado, todavia, de textos constituídos em diálogos polissêmicos com áreas afins no campo das chamadas Ciências Sociais Aplicadas e Humanidades.*

*É, assim, uma possante ferramenta em nosso dia-a-dia. É o texto do professor que acabou de partilhar suas idéias na sala-de-aula e do estudante que há pouco descobriu o quanto é valioso sentir a concretude de suas formulações de pesquisa relatadas ao grande público e perenizadas em proveito da formação de massas críticas em quaisquer temas.*

*O presente número apresenta uma variedade de desenvolvimentos temáticos bastante atuais, além de recorrentes. Questões mais gerais que gravam a presente conjuntura, a exemplo da crise dos últimos meses que vem produzindo nós na cabeça de milhões de viventes, inclusive daqueles a que chamamos, pelo pensar de seu ofício, de economistas. Mais: políticas públicas de sentido econômico; ensino de economia; trabalho e mercado de trabalho; mercado de terras: entre outros, são objeto de vários de seus artigos.*

*Esta edição flagra substanciosos fragmentos de entrevista com o vice-diretor do CCHL, Luiz Carlos Rodrigues Cruz, "Puscas", professor de economia. Trata-se de uma conversa amena e muito necessária para recuperar o senso crítico, inclusive ante a citada crise do capitalismo, e também dos dilemas da universidade pública do presente, notadamente daquilo que identifica como algo insuportável: o travamento dos grandes debates pelo exacerbamento do individualismo como atitude parteira da não-militância inteligente de muitos atores acadêmicos.*

*Que este Informe tenha vida longa; que permaneça esta versão em papel, mas que já se faça uma para o chamado "meio eletrônico". Que nunca se feche, negando suas páginas às colaborações assentadas em referenciais plurais.*

*Tendo visto a presente edição por primeiro, nunca quereremos ser o último a ler as edições futuras.*

Fonseca Neto, diretor do CCHL

**"Marx não regressará como uma inspiração política para a esquerda até que se compreenda que seus escritos não devem ser tratados como programas políticos nem como descrições duma situação real do mundo capitalista de hoje, mas sim como um caminho para entender a natureza do desenvolvimento capitalista."**

# OS ECONOMISTAS E A APOLOGIA CONTEMPORÂNEA DO MERCADO

por Samuel Costa Filho<sup>1</sup>

Os trabalhos sobre dependência revelaram os laços e o processo histórico de aprofundamento das relações de dependência e associação das nossas elites econômicas com o capital internacional. Na década de 90, o predomínio das idéias neoliberais na sociedade brasileira mostra que a hegemonia e a dependência cultural dessas elites econômicas no Brasil é mais grave que a dependência econômica.

É bom esclarecer que a influência cultural externa não deve ser rejeitada e é até bem-vinda, quanto contribui para o crescimento da nação, devendo, quando for o caso, ser incorporada à cultura nacional. Acontece que as elites brasileiras simplesmente procuram imitar de maneira servil as idéias, o padrão de vida dos países desenvolvidos. As elites brasileiras têm como norma viver da simples reprodução das últimas modas e tendências internacionais.

Essas elites mostram comportamentos de mero consumidor do pensamento originário dos centros do capitalismo desenvolvido, quase sempre, apoiadas em uma análise superficial e sem criatividade. No que diz respeito à área da economia, os economistas são dominados pela aceitação acrítica de modelos importados, sobretudo dos Estados Unidos da América – que são simplistas, reduzidos aos aspectos econômicos, assentados em uma matemática estéril, independentes e autônomos da esfera histórica, social e política.

Foi assim que, durante os anos 90, usando um discurso apologético, uma corrente das Ciências Econômicas, os neoliberais, difundiram para os países da periferia a idéia de Pensamento Único, que foi reproduzido pela nossa mídia e apresentado como o discurso econômico que representava o verdadeiro, o científico e o único Pensamento em Economia.

Essa apologia atestava que, na atualidade, o sistema capitalista liberal revelou-se definitivamente

superior e insuperável, vencendo a concorrência com o comunismo, representando o melhor dos sistemas. Dessa forma, não existe outra opção. Esse capitalismo força os indivíduos a se tornarem cada vez mais eficientes, num ambiente de liberdade pessoal e de iniciativa para empreender e acumular em benefício próprio e para os seus dependentes, de tal modo que otimiza o uso dos recursos produtivos escassos e maximiza a riqueza do país, levando necessariamente ao bem-estar e ao interesse geral da nação.

A realidade capitalista liberal tem por base o mecanismo de mercado e a flexibilidade do sistema de preços para garantir o equilíbrio geral. O sistema de mercado, baseado na famosa lei da oferta e demanda, garante automaticamente a coordenação e o equilíbrio do mercado de trocas. Assim, choques de oferta ou de demanda provocam apenas desequilíbrios temporários, que são automática e rapidamente resolvidos pelo sistema de preços no mercado.

O livre funcionamento do mercado garante também o uso eficiente dos recursos da sociedade. E, aqui, o sistema de lucro sinaliza as informações necessárias e contínuas para a utilização adequada e eficiente dos fatores de produção. Desse modo, o capitalismo de concorrência apresenta uma sociedade que combina a eficiência produtiva e a mais ampla liberdade individual.

Os neoliberais defendem que, nessa realidade concorrencial, os empresários são forçados, por essa concorrência, a satisfazer da melhor maneira possível e, pelo menor custo, as necessidades demandadas pela sociedade. Impedidos de utilizar a política de elevação de preços como prática para aumentar seus lucros devido à concorrência intercapitalista, os empreendedores são obrigados a uma disputa ferrenha via redução de custos e inovações, evitando qualquer tipo de desperdício.

Acontece que, mesmo numa sociedade de concorrência perfeita, o mercado necessita do marco regulador do Estado para garantir, minimamente, as condições para que todo esse processo se desenvolva. O capitalismo liberal reserva, então, um espaço cativo e mínimo para a atuação do Estado, que deve se limitar a esse domínio e não interferir, ou interferir minimamente, na gestão dos bens privados. Faz-se necessário apenas um Estado Mínimo para garantir a segurança, a justiça, a defesa e a oferta de alguns bens públicos.

Todavia, na área de atuação do Estado, apesar da ausência da concorrência, não exige esse Estado da busca da eficiência. Essa eficiência do Estado deve ser guiada pelas mesmas normas da gestão privada, limitando assim os encargos fiscais ao mínimo necessário para que esse ônus não se torne um fardo para a sociedade e, desse modo, passe a reduzir o incentivo ao trabalho, ao investimento, à inovação, privando os indivíduos de parte substancial do ganho individual do seu esforço e de seu talento.

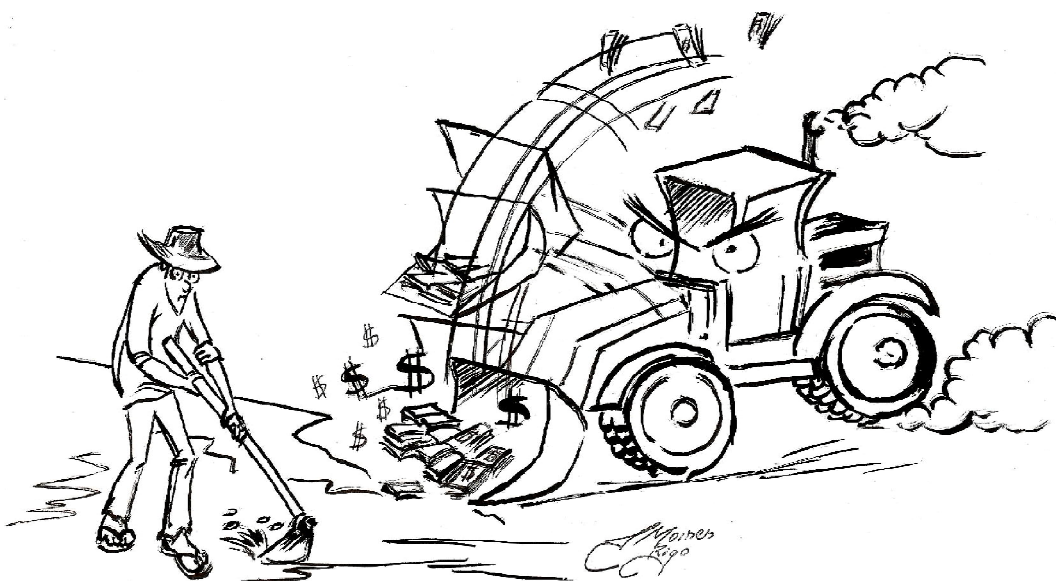
Segundo essa apologia contemporânea dos mercados, o capitalismo liberal baseado na economia de concorrência garantiria o melhor dos mundos possíveis. Questões como pobreza, precária distribuição de renda, justiça social, desemprego, crises e desequilíbrios, todavia, não desmentem a superioridade da livre concorrência, mas revelam, pelo contrário, uma economia que sofre de deficiência de mercados. Essas

imperfeições decorrem de uma economia que apresenta um excesso de Estado populista e de regulação pública impedindo a livre concorrência.

Nessa realidade de concorrência capitalista, os neoliberais são totalmente contra a utilização de políticas macroeconômicas discricionárias, ou seja, as políticas keynesianas fiscal, monetária, comercial, cambial e de rendas, pois, para eles, estas políticas são inúteis e não têm impacto na atividade econômica real para melhoria no emprego, na produção e nem no crescimento da economia.

O discurso apologético atual afirma que a atividade econômica depende somente da quantidade de fatores de produção disponíveis (capital, mão-de-obra, matéria-prima, tecnologia e empreendedores) que devem ser deixados funcionando livremente. Não há ilusão monetária e impera as expectativas racionais, que significa que os indivíduos prevêem corretamente os resultados de qualquer política, não sendo, com isso, enganados pelas políticas macroeconômicas. O melhor que deve ser feito é colaborar para que as leis da economia funcionem idealmente. E funcionará bem se o mercado não sofrer a intervenção pública, ou seja, desde que não apareça o Estado para dificultar o funcionamento dos mercados.

Esse discurso neoliberal exige sempre mais liberdade e iniciativa individual, mais mercados livres e concorrência mercantil. A moeda aparece como tendo uma influencia neutra e não afeta o lado real



da economia, porém, a sua utilização com políticas populistas provoca inflação. Para que os governos não sintam a tentação de realizar tais medidas, o Banco Central deve ser independente do governo e a melhor política a ser utilizada deve ser a baseada nas chamadas Metas de Inflação.

No que diz respeito ao setor externo, a liberalização do mercado nacional à concorrência é uma recomendação cara aos neoliberais, pois, implica que os países em desenvolvimento somente têm a ganhar com os capitais fluindo para estes países da periferia do capitalismo, atraídos pela busca de maiores taxas de juros e de lucro. Acreditam que a abertura dos mercados nacionais tendem a reduzir as desigualdades entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, devido ao crescimento dos investimentos nos países da periferia do capitalismo.

A existência, no capitalismo, da convivência com a extrema pobreza e a permanência de enormes desigualdades na distribuição de renda têm solução na política de implementação de programas particulares de Estratégias de Inclusão Social e Programas de Redução da Pobreza. Para os neoliberais, suas recomendações são as mais favoráveis às questões da justiça social, pois, afirmam que o mercado livre é sempre o mais favorável à justiça social, com a utilização eficiente dos recursos que possibilita ao sistema maximizar a distribuição da riqueza. Entretanto, os liberais acrescentam que as questões da distribuição da riqueza e da justiça não são um problema econômico do capitalismo liberal e nem das ciências econômicas em particular, existindo em toda sociedade livre ou não, de modo que se trata de uma questão política e moral que independe do sistema econômico.

A mídia brasileira divulgou incessantemente as idéias neoliberais como se fossem leis eternas, ahistóricas, gerais e as únicas corretas, embora sejam apenas e, na maior parte das vezes, hipóteses acadêmicas, jamais verificadas e até mesmo invalidadas pelo desenvolvimento do capitalismo e da própria teoria econômica ortodoxa. Embora se deva reconhecer que algumas dessas hipóteses tenham certa dose de verdade, a pesquisa nas Ciências Econômicas não confirma a grande maioria dessas afirmações. Esse discurso apresentado pela mídia e aceito por nossas elites não passa do mais puro senso comum.

Acontece que essa atitude dos meios de comunicação e de toda a política de modernização implementada na sociedade brasileira pelas elites econômicas somente elevaram a hegemonia e a dependência cultural disseminando as idéias econômicas e os valores culturais típicos das sociedades desenvolvidas e totalmente alheias à realidade subdesenvolvida brasileira.

Esse processo redundou na alienação do povo brasileiro e tem levado a um processo de cooptação da classe média e do operariado, via elevação da dominação social e político da burguesia brasileira sobre a classe trabalhadora, a tal ponto que leva essa própria classe trabalhadora a defender e portar os valores culturais burgueses, passando a defender e ter uma mesma visão de mundo e convergência de interesses comuns às elites brasileiras, embora essa elite apenas imponha um padrão de civilização que se baseia na cópia dos estilos de vida das nações capitalistas desenvolvidas, não estando minimamente preocupada com os destinos da nação ou da justiça social.

Toda essa atitude das elites é respaldada pelos técnicos e burocratas do governo que foram treinados pelo FMI e Banco Mundial e ainda pelos analistas de mercado e economistas “Cabeças de Planilha”, preocupados em ganhar dinheiro e fazer fortuna. Assim, esses profissionais trabalham contra a nação, ou seja, como afirma Paulo Nogueira Batista Júnior (2008): “Os economistas converteram-se, assim, em um obstáculo não-desprezível à consolidação de um projeto nacional”.

<sup>1</sup> Professor Adjunto DECON-UFPI, Mestre em Economia/CAEN, Doutorando IE/UNICAMP e Chefe do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI.

# DISCRIMINAÇÃO E PRECARIEDADE DO TRABALHO FEMININO NO BRASIL - 1996/2006

por Rosa Irlândia do Nascimento<sup>1</sup> e José Lourenço Candido<sup>2</sup>

A inserção da mulher na atividade econômica vem, ao longo do tempo, sendo motivo de discussão e de estudos, dada a flagrante discriminação em relação ao trabalho masculino, como salários inferiores, maior nível de informalidade, extensa jornada de trabalho, entre outros de cunho sociológico, como assédio moral e sexual. De fato, a inserção da mulher no mercado iniciou com as I e II Guerras mundiais, quando elas assumiram a posição dos homens à frente dos negócios da família, devido à ausência dos mesmos. Com o término das guerras e o fim da vida de muitos homens, as mulheres deixaram as atividades do lar para levar em frente os projetos e o trabalho que eram realizadas pelos seus maridos.

Mas foi nos anos oitenta que foi mais intenso o (...) processo de terceirização da economia, o que possibilitou a expansão de atividades econômicas intimamente relacionadas às mulheres, tais como, prestação de serviços, comércio, atividades administrativas, bancárias, entre outras, impedindo a expulsão das mesmas do mercado de trabalho, em decorrência das sucessivas crises (BRUSCHINI e LOMBARDI, 1996).

Costa (1990) apud Wajzman (1998) afirma que as profundas transformações nos padrões de comportamento e na atribuição de valores sociais das mulheres foram influenciadas pelos movimentos feministas dos anos setenta, que levaram às alterações na formação da identidade feminina, resultando em uma redefinição dos papéis da mulher de todas as classes sociais, possivelmente, ocasionando uma elevação na oferta de trabalho deste segmento. Da mesma forma, fatores, tais como, a industrialização crescente de bens e serviços do lar - desde produtos alimentícios ao cuidado das crianças -, teriam proporcionado maiores possibilidades da mulher se dedicar às atividades produtivas.

Diante dessa crescente participação da mulher no mercado de trabalho, cabe questionar se

o mesmo estaria crescendo em todo o país e atraindo as mulheres com ofertas de muitos e bons empregos ou se estaria relacionada à deterioração da renda e à necessidade de contribuir para a sobrevivência da família. Outra pergunta que se faz é se o lugar oferecido à mulher no mercado de trabalho está sujeito às mesmas condições que aquele oferecido ao gênero masculino?

## Precarização e discriminação

O dilema da mulher no mercado de trabalho é caracterizado pela sua crescente participação nesse mercado, mas exercendo, ainda, atividades à margem de qualquer regulamentação, controle e proteção por parte do poder público, com condições precárias de trabalho.

Segundo Lavinias (1996) apud Wajzman (1998), no início dos anos noventa, nas áreas urbanas, as mulheres estavam sub-representadas no emprego precário, informal e nas ocupações quase ou não regulamentadas e altamente flexíveis, desqualificadas (trabalho doméstico) ou de qualificação não reconhecida, porque não remunerada (trabalho familiar).

A presença feminina continua concentrada nos setores tradicionalmente ocupados pelas mulheres: o maior contingente, 29,8% ou cerca de oito milhões, está na prestação de serviços, outros seis milhões de mulheres trabalhavam na agricultura, 4,5 milhões nas atividades sociais e cerca de 3,5 milhões no comércio, segundo o IBGE.

O trabalho não remunerado da mulher, especialmente aqueles realizados no âmbito familiar, não é contabilizado por nosso sistema estatístico e não possui valorização social. A presença das mulheres no trabalho precário e informal é de 61%, sendo 13% superior à presença dos homens 54,0% (PNAD, 2006).

A segregação ocupacional onde há uma

representação na atividade domiciliar, em 1996, de 17,5% para as mulheres e 0,8% para os homens, uma diferença acentuada que ao longo desses dez anos não teve muitas mudanças, pois em 2006 as mulheres correspondiam a 16,8% e os homens a 0,9%.

Para Hirata e Le Doraré (apud NOGUEIRA, 2004), as desigualdades salariais que são compreendidas em trabalho igual são constatadas por toda parte do mundo, até em países que assinaram as convenções da OIT. No setor industrial dos países desenvolvidos, o salário médio das mulheres representa três quartos do salário masculino, devido em parte a uma menor qualificação do posto, mas também a uma repartição desigual entre os ramos econômicos e os postos ocupados.

Ainda segundo Nogueira (2004), a duração da jornada de trabalho também contribui para uma maior precarização da força de trabalho feminina, pois, na grande maioria das vezes, os trabalhos de pequenas jornadas são aqueles que têm remuneração menor, e o que se observa é a presença feminina em destaque.

As transformações ocorridas no século XX, com o surgimento das linhas de montagem, o aumento da produtividade, o surgimento do computador, aparecendo como ferramenta indispensável, confirmam o ritmo frenético das mudanças ocorridas no mundo. Nesse cenário de grandes transformações, o desemprego aparece como um problema de grande complexidade e vem ganhando importância ao longo dos estudos econômicos, principalmente em decorrência de suas implicações socioeconômicas. Nesse contexto, a mulher apesar de ter aumentado sua participação no mercado, também tem apresentado o maior nível entre os desempregados.

Para Lavinias (apud NOGUEIRA, 2004) o desemprego assumiu proporções novas durante a década de 1990, sendo as mulheres trabalhadoras as mais atingidas. O aumento do desemprego feminino parece articulado as pelo menos três fenômenos importantes, associados ao comportamento dos grupos sociais de gênero no mercado de trabalho brasileiro.

Em primeiro lugar, as mulheres apresentam uma dinâmica de ingresso no mercado de trabalho diferente dos homens, porque a taxa de participação feminina no mercado é inferior à masculina, apesar da insistência em seu

crescimento. O segundo é que elas são mais sensíveis à demanda por mão-de-obra sazonal, pois estão mais sujeitas aos postos de trabalho temporários e menos estáveis que os homens. O terceiro fator, que a autora recorda, é a "heterogeneidade social entre as mulheres", oferecendo destinos diferenciados que se abrem em decorrência das mudanças da economia "em direção à maior flexibilização e ao desassalariamento e, por conseqüência, a necessidade distintas em termos de políticas públicas" (NOGUEIRA, 2004, p.82).

Portanto, no contexto da emancipação da mulher no mercado de trabalho, o desemprego e a precarização registram índices elevados de crescimento ao longo de toda a história.

Segundo o IBGE, quando observamos o período de 1996 a 2006, percebemos que a situação pouco mudou, pois o nível de ocupação feminina continuou na casa dos 50%, apesar de no ano de 2004 o nível de ocupação dos homens ter tido uma queda para 67,9%.

O nível da taxa de atividade do Brasil, em 1996 foi de 59,2% - 73,2% para os homens e 46,0% para as mulheres -, em 2006 os homens apresentaram o percentual de 72,7%, enquanto que as mulheres 52,6%. Comparando as taxas de atividade, ao longo desse período, podemos observar algumas quedas: para o sexo masculino foi registrado um decréscimo de 0,4 pontos percentuais de 1996 a 2001, mantendo praticamente o mesmo percentual em 2006; enquanto que as mulheres apresentaram uma elevação de 46% para 48,9%, no mesmo período, e em 2006 um aumento para 52,6%. Elas apresentaram um aumento percentual de 6,6 de 1996 a 2006 enquanto os homens, nesse mesmo período, tiveram um decréscimo de 0,5 percentuais.

O IBGE (2006), no censo informa que em agosto de 2006, 2,7 milhões das trabalhadoras eram responsáveis por seus domicílios nas regiões metropolitanas do país, representando quase 30,0% da população feminina ocupada. As trabalhadoras, as quais o Censo tem como referência, eram mulheres com 40 anos ou mais de idade, correspondendo a 62,9%, e apresentando idade média equivalente há 43,5 anos, superior a das trabalhadoras em outras condições no domicílio (34,6 anos) com o menor grau de escolaridade que a população feminina ocupada.

Os domicílios com responsáveis do sexo feminino podem ser considerados um fenômeno tipicamente urbano, visto que 91,4% dos mesmos estão localizados em cidades, enquanto apenas 8,6% estão dentro dos limites rurais. No Norte e no Nordeste, onde o grau de urbanização é menor, a proporção de domicílios rurais, cuja responsabilidade é feminina, é mais elevada (IBGE, 2002).

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho também pode ser explicado pela maior escolaridade em comparação com os homens, a queda da fecundidade e os novos valores relativos à inserção das mulheres na sociedade brasileira, em seus diferentes ambientes. Esses fatores são formados pela combinação de causas econômicas e sociais; inicia-se pela vontade de conseguir igualar-se socialmente e profissionalmente aos homens.

As pessoas ocupadas, de 10 anos ou mais e de 20 a 24 anos de idade, tiveram um aumento da média de anos de estudo. Em 1996, as médias de escolaridade eram 5,9 anos e 6,9 anos para estes dois grupos, respectivamente. Em 2006, estes indicadores passaram para 7,7 anos e 9,3 anos, respectivamente. As diferenças entre homens e mulheres ocupados foram reduzidas de 1996 a 2006, contudo, as ocupadas permanecem com uma média de anos de estudo superior à dos ocupados nos dois grupos de idade analisado.

Segundo o IBGE (2002), a taxa de alfabetização é um importante indicador, não apenas para configurar a situação educacional, mas do ponto de vista das condições sociais de um país. Na última década, houve uma sensível melhoria neste indicador - a proporção de mulheres alfabetizadas passou de 80,6%, em 1991, para 87,5%, em 2000. Quando comparada à situação dos homens alfabetizados, verifica-se que, neste contexto, as mulheres estão no mesmo patamar do que os homens, com ligeira vantagem.

De acordo com a Fundação SEADE (2002), 35% das mulheres concluíram o ensino médio em 1994 e ao final da década de 1990, esse número chegou a 43%. Portanto, na "empresa do conhecimento", a mulher terá cada vez mais importância estratégica e talvez um melhor posicionamento no mercado de trabalho.

Em 1997, 28% das mulheres e 19% dos homens tinham mais de 11 anos de estudo, ou seja,

tinham completado no mínimo o 2º grau. Desta maneira, cresce a presença feminina entre chefes, gerentes, administradores de empresas e profissões técnicas e científicas de prestígio, como a arquitetura, a engenharia, o jornalismo, a odontologia e a medicina. Já no ensino superior, a participação feminina é amplamente superior à masculina, independente da condição de tê-lo concluído ou não. No primeiro caso (superior completo), foram gerados 164,9 mil empregos para as mulheres e 73,4 mil para os homens. No segundo (superior incompleto), foram 75,9 mil empregos para elas e 70,5 mil para eles. Em síntese, a escolaridade da mulher é, de maneira geral, bem melhor que a dos homens; e mais: as mulheres já ocupam 41% da força de trabalho formal no País. No período de 2005 para 2006, enquanto o emprego feminino cresceu 6,59%, o masculino ficou em 5,21%, o que reforça a forte inserção da mulher no mercado de trabalho nacional (MTE, 2008).

A categoria que, no seu conjunto, mais aumentou a participação das mulheres foi a das ocupações jurídicas. As juízas, por exemplo, que representavam apenas 8% dos magistrados em 1980, passou a significar, em 1995, cerca de 20%. (FCC, 2008).

Assim, a mulher que teve sua presença cada vez mais visível no mundo do trabalho principalmente em meados das guerras mundiais e que, de certa forma, permitiu dar um grande passo em seu processo de emancipação, não tem a mesma perspectiva do ponto de vista da sua remuneração.

Quanto às diferenças nos rendimentos, Cristina Bruschini (2000, p. 181), utilizando de dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), alerta em seus estudos que as disparidades salariais entre os homens e as mulheres não ocorrem apenas no Brasil, mas em todo o mundo: "(...) para o período de 1991-1996, no Brasil o rendimento recebido pelas mulheres em trabalhos não agrícolas era de 72% daquele recebido pelos homens; na França 81% do masculino e no Japão a 62%".

Segundo os indicadores sociais do IBGE (2003), as mulheres representavam no Brasil 42% da mão-de-obra no trabalho formal e 57% no trabalho informal. Elas se concentram ainda em trabalhos mal remunerados e precários. As

mulheres representam 93,5% dos trabalhadores domésticos, 69% dos trabalhadores na produção para auto consumo e 55% dos não remunerados.

Ainda segundo o IBGE (2007) as diferenças salariais estão diminuindo, mas persistem, em 2006, o rendimento médio das mulheres correspondia a 65,6% da remuneração média masculina. No ano de 2005 era de 64,5% e, em 2004, estava em 63,5%.

Hoje, o que se pode constatar é que apesar da evolução da mulher, dentro de uma atividade que antes era exclusivamente masculina, e de no decorrer de anos de estudos ter adquirido mais instrução, os salários não acompanharam de fato este crescimento. As mulheres ganham cerca de 30% a menos que os homens exercendo a mesma função. Na medida em que o salário cresce, a participação feminina no mercado cai.

O Censo 2000 revelou que o rendimento médio das mulheres responsáveis pelo domicílio era cerca de R\$ 591,00 correspondendo a 3,9 salários mínimos daquele ano. O rendimento mediano ficava em torno de R\$ 276,00, significando que 5.580 mil mulheres (metade do número de mulheres responsáveis pelo domicílio) não ultrapassavam 1,8 salários mínimos.

### Conclusão

O aumento da participação da mulher no mercado de trabalho se deve à necessidade de sobrevivência advinda novo papel de provedora do lar e em um mundo marcado pelo crescente desemprego, pela deterioração da renda e por relações de trabalho mais precárias, a mulher encontra ainda mais obstáculos que o homem no mercado de trabalho e que por isso aceita trabalhos cada vez mais precários.

O lugar oferecido à mulher no mercado de trabalho não está sujeito às mesmas condições do que é oferecido ao homem, além de ter uma menor remuneração. A discriminação de gênero está associada, entre outras causas, ao fato de que na nossa sociedade a tarefa de ser dona de casa, de gestação e de criar os filhos é de responsabilidade das mulheres. Na intenção de diminuir as diferenças no âmbito do mercado de trabalho, as mulheres apresentaram algumas mudanças: elas aumentaram o nível de escolaridade em relação aos homens, diminuíram o número de filhos,

enfrentaram o trabalho dobrado de ser dona de casa e trabalhar fora do lar. Contudo devemos destacar que embora a precarização do trabalho seja um fenômeno geral o mesmo é mais intenso para as mulheres que enfrentam questões sócio-culturais de discriminação.

### Referências

- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. **O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa**. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 10. **Anais**. Belo Horizonte: ABEP, 1996, v.1, pp. 483-516.
- BRUSCHINI, Cristina. "Gênero e Trabalho no Brasil": Novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, M.I.B. **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo Editora 34. ed. 1a edição 2000.
- FCC – Fundação Carlos Chagas. **Banco de dados sobre o trabalho das mulheres**. Disponível em: < <http://www.fcc.org.br/mulher/index.html> > Acesso em: 18 Fev. 2008.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores sociais no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2003>> Acesso em: 24 Dez. 2007.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**. São Paulo, Autores Associados: 2004.
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
- População Economicamente Ativa: 1996-2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=p&o=18&i=P&c=1878>> Acesso em: 24 Dez. 2007.
- \_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores: 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhorendimento/pnad2006/default.shtm>> Acesso: 18 de Maio de 2008.
- \_\_\_\_\_. **Rendimento mensal: 2005**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=p&o=18&i=P&c=1871>>. Acesso em: 18 Dez. 2007.
- \_\_\_\_\_. **Anos de Estudo: 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=p&o=18&i=P&c=1878>>. Acesso em: 18 Dez. 2007.
- PROBST, Elisiana Renata. **A Evolução da mulher no mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf>>. Acesso em: 20 Nov. 2007.
- SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados. **Inserção Feminina no mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/mulher/index.php>>. Acesso em: 22 de Março de 2008.
- SCORZAFAVE, L.; MENEZES FILHO, N. **Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes**. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viem/151>>. Acesso 16 de Abril de 2008.
- WAJNMAN, S.; QUEIROZ, B.; LIBERATO, V. **O Crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil**. Disponível em: <<http://www.bemog.berkeley.edu/~lanza/docs/abep1998.pdf>>. Acesso 13 de Maio de 2008

<sup>1</sup> Economista pela Universidade Federal do Piauí.

<sup>2</sup> Professor Assistente DECON-UFPI.



## A INSERÇÃO DAS MULHERES no mercado de trabalho

por **Adiane C. do Nascimento**<sup>1</sup>

Nos últimos anos analisou-se e questionou-se sobre a crescente participação feminina no mercado de trabalho. A inserção das mulheres na atividade econômica foi marcada por uma série de dificuldades, devido o mercado de trabalho apresentar desigualdades, tais como: recebimento de salários inferiores, informalidade, extensa jornada de trabalho e discriminação. Essas diferenças ocorrem mesmo quando se compara pessoas com o mesmo nível de qualificação ou postos de trabalhos semelhantes. As mulheres, embora com um nível educacional maior do que os homens, continuam recebendo salários inferiores. São movidas pela necessidade de contribuir com a remuneração da família e também pelo desejo de realização profissional.

A intensificação da participação feminina no mercado de trabalho, a partir da década de 70, prosseguindo-se na década de 80 e 90 passou por diversas mudanças, tanto quantitativas como qualitativas, aumentou-se a população economicamente ativa e os postos de trabalhos se tornaram insuficientes para atender toda a demanda por emprego. Na busca de uma solução para o desemprego inseriram-se num mercado de informalidade, ocupando geralmente posições mais vulneráveis, muitas vezes desprovidas dos direitos garantidos por lei. Muitas delas inseriram-se em um setor precarizado.

De acordo com Bruschine e Lombardi (1996), o setor terciário foi o que possibilitou a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho (comércio, serviços e bancos), compensando os efeitos negativos gerados pela crise dos anos 80.

Nos anos 90, de acordo com Wajman; Queiroz e Liberato (1998), as que trabalhavam por conta própria no comércio de mercadorias, em sua maioria, eram mulheres inativas e desempregadas. O crescimento recente da taxa de participação feminina no mercado de trabalho é decorrente da entrada de mulheres mais velhas e/ou cônjuges, com o intuito de completar a renda familiar, principalmente entre 25 a 39 anos e de 40 anos ou mais. Separação e menor frequência de casamentos também contribuem para o aumento

dessa participação feminina em idades mais avançadas. Inicialmente, elas dedicaram-se a bordados, aulas de piano, culinária entre outras atividades. Com o passar do tempo buscaram novos desafios e entraram em novas áreas, conquistando atividades antes reservadas aos homens, o que gerou mudanças culturais. Isso decorreu devido à queda na fecundidade e aumento do nível de escolaridade, principalmente, no ingresso no nível secundário e universitário.

Houve uma explosão universitária nos últimos 30 anos que foi aproveitada melhor pelo sexo feminino, o que se torna uma vantagem, mas, suas remunerações continuam por reproduzir desigualdades tradicionais, cuja diferença aumenta conforme aumenta o nível de escolaridade. No entanto, segundo o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM), essas discrepâncias salariais vêm diminuindo. Entre os mais jovens há uma aproximação de rendimentos. A diferença é maior quando a idade aumenta.

Observa-se uma participação feminina maior nas camadas da classe média para cima. Aquelas de camadas inferiores encontram muitas dificuldades ao sair do lar para o trabalho - a possibilidade de não ter com quem deixar seus filhos, junto à falta de creches e pouca escolaridade contribuem para que elas continuem desempregadas.

Mesmo com todas as dificuldades a mão-de-obra feminina no mercado de trabalho se apresenta de forma mais intensiva e a inserção nesse mercado aponta uma população em idade mais avançada, principalmente entre as casadas e com filhos. As estatísticas demonstram também que, mesmo de forma lenta, as diferenças salariais e ocupacionais tendem a diminuir cada vez mais, pois, o que interessa de fato nesse mercado é a competência profissional - e elas, mais do que nunca, estão se mostrando muito capazes de assumir tais responsabilidades.

<sup>1</sup> **Adiane C. do Nascimento** é graduada em Ciências Econômicas/UFPI.

# ECONOMIA, BRASIL: CONVERSANDO

**Entrevista concedida ao Informe Econômico  
Texto organizado por Enoisa Veras<sup>1</sup> e revisado pelo  
entrevistado - Prof. Luiz Carlos Rodrigues Cruz 'Puscas'**

Para inúmeros alunos(as) e egressos do Curso de Economia da Federal do Piauí, o professor Luiz Carlos Rodrigues Cruz 'Puscas' é uma referência. Nas nossas percepções sobre a questão agrária, por exemplo, foram incluídas centenas de homens e mulheres. Gentes nascidas na lida cotidiana da terra, tornaram-se sujeitos concretos de uma construção social que se formou à revelia dos seus direitos, sempre negados pelos interesses vários da política nos antigos e atuais momentos brasileiros. Professor Puscas é formado em economia pela Universidade Federal do Ceará e especialista em Economia Agrária pela Universidade Federal de Campina Grande-PB. É professor do DECON-UFPI desde 1975 e ministra, atualmente, as disciplinas Economia Marxista e Economia Política. Assessora movimentos populares e sindicais desde 1983 e coordenou, na UFPI, os projetos: *Universidade Solidária*, de *Desenvolvimento Sustentável do Turismo da Serra da Capivara-PI* e, através da UNITRABALHO, o *Projeto Brasil, meu negócio é turismo*. Na entrevista, que resultou no texto a seguir, encontram-se as percepções do estimado professor sobre a necessidade da pluralidade no currículo do curso de economia, a atualidade do pensamento marxista, as crises cíclicas do capitalismo, formação do capital especulativo, inserção subordinada do Brasil aos interesses do

capital internacional e sobre os rumos da universidade brasileira.

Boa leitura!!

## Reformulação do currículo do curso de economia – formação plural

A coordenação do curso de economia da Universidade Federal do Piauí, do Campus de Teresina, está na fase final de elaboração do novo projeto político pedagógico, se adequando às novas normas da LDB e às novas diretrizes curriculares aprovadas, em 2007, pelo Conselho Nacional de Educação. Essa reformulação acontece em todos os currículos dos cursos de economia a nível nacional e segue uma orientação da Associação Nacional dos Cursos de Graduação de Economia (ANGE), à qual o nosso Curso vem acompanhando desde 1985, data de criação da entidade. O último currículo é de 1985. Já são 23 anos e, portanto, precisamos avançar. Nosso projeto político pedagógico está sendo supervisionado, com muita seriedade, pela



Tratamento da foto: Tupy

professora Fernanda Veras, coordenadora do curso.

Tenho uma visão contrária à liberal, mas por honestidade acadêmica, seriedade e ética, defendo, de forma intransigente, a existência dos diversos paradigmas no currículo porque penso ser a economia uma ciência plural, o que torna obrigatório a existência das diversas correntes de pensamento.

Alguns tentam, por má fé ou desconhecimento, impedir o estudo do pensamento marxista. Ele é tão atual que agora, durante a crise financeira mundial, volta-se para Marx. Os jornais citam, inclusive, parágrafos inteiros do capítulo XXX do *Capital*, que trata do capital financeiro. Enquanto professor, sempre tive uma postura séria e honesta com meus alunos mostrando a eles que o marxismo é umas das correntes do pensamento dentro da pluralidade das ciências econômicas e que é extremamente importante o conhecimento dos clássicos, neoclássicos, keynesiano, kaleckiano, cepalinos e de tantos outros pensadores latino-americanos, como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Luiz Gonzaga Belluzo. Esse conhecimento plural do curso possibilitará a formação de uma matriz ideológica consciente e não necessariamente de uma postura política.

Existem os (pré)conceitos vindos de pessoas que, às vezes, nunca abriram um livro de Marx. Assim como na filosofia o tempo não é o mesmo, mas continuam os estudos sobre Aristóteles, Sócrates e Platão; ou na sociologia, a sociedade não é a mesma e ainda se estuda Durkheim, Comte e Max Weber. Na economia, estudamos Smith, Ricardo e Keynes, e o contexto econômico vivido por eles é diferente do atual.

É preciso ter clara a idéia de que queremos formar cidadãos e cidadãs para atuarem na vida. Eu costumo dizer que o curso de economia *dá régua e compasso, teu caminho pelo mundo tu mesmo traças*, plagiando o Gilberto Gil.

### Atualidade do pensamento marxista

A análise marxista nos ajuda a compreender a realidade financeira atual. É com base nesse instrumental que se sai da superficialidade da crise para penetrar na sua essência. A superficialidade da crise é acompanhar as oscilações das bolsas, a oscilação das moedas. A essência da crise é

outra.... nos últimos anos, meados de 70 pra cá, o capitalismo alcançou uma fase especulativo-parasitária quando dinheiro começou a criar dinheiro. Ora, isso é inviável!! O que deve criar dinheiro deve ser a mercadoria pois esta é que faz dinheiro se valorizar. Marx fala sobre isso, na metade do século XIX, mesmo com um capitalismo embrionário, muito insipiente. Muitos acham que Marx queria acabar com o capitalismo.. Ele não era utópico e sim científico. O que o Marx pregava era que na evolução histórica das sociedades, os modos de produção vão se sucedendo e ele achava que o modo de produção capitalista era um modo de produção revolucionário, com relação ao modo de produção anterior. O capitalismo revolucionou todo o processo produtivo e a tendência deste sistema era evoluir, entrar em contradição e resolver essa contradição através da crise, e assim vai continuamente sendo conduzido pelo estado burguês que irá sempre repassar para a classe trabalhadora o ônus da crise, socializando as perdas.

Essa crise não é uma crise financeira do EUA e sim uma crise do próprio capitalismo: uma crise cíclica. É uma crise séria, profunda e de extensão ainda difícil de avaliar. Estamos, em quase todo o mundo, diretamente envolvidos com a produção capitalista, ou seja, se há uma crise maior no capitalismo e ela sinaliza nessa direção, afetando o processo produtivo, poderá ocorrer um índice de desemprego massivo, que é o pior que pode acontecer para a classe trabalhadora.

Acompanhamos, por exemplo, os países ricos se reunirem para decidir o que fazer e os trabalhadores precisam se reunir também! Mais do que nunca os trabalhadores de todo o mundo têm que apresentar propostas também para enfrentar esse momento. Já se começa a falar em redução de salário com o falso discurso de que precisam ser reduzidos para evitar o aprofundamento da crise.

Os discursos são tão fortemente envolvidos pela ideologia, que a grande mídia, quando os governos dos países ricos compram os bancos, compram as seguradoras, eles dizem que estão nacionalizando. Como é que os EUA podem nacionalizar um banco e uma empresa que é nacional? Eles estatizaram, para não usar a palavra

estatizar que é uma postura inadmissível para os defensores do liberalismo. Como é que eles defenderão a estatização, se sempre a combateram? Alguns oportunistas de plantão usam citações de Marx, são como camaleões, mudam de cor de acordo com a verdura ou a secura do sertão!

### **Crises cíclicas do capitalismo – capital especulativo**

O DECON irá republicar um Texto de Discussão, lançado pelo Departamento em maio de 2002, dos professores Reinaldo Carcanholo e Paulo Nakatani, que mostram a fundamentação do capital especulativo parasitário, que deu origem a atual crise. Ou seja, um tipo de capital que se apropriava em escala crescente do excedente gerado pelos trabalhadores através do capital produtivo.

Num artigo do ano passado, novembro de 2007, o professor François Chesnais, perguntava: "será que os governos vão esperar pra ver o momento de tomar decisões, para quê, ou nós vamos ter uma crise global, mundial em que os trabalhadores pagarão mais uma vez a conta?"

O capitalismo tem períodos cíclicos e em meados da década de 70, quando ocorreu mais uma crise, imediatamente foram tomadas medidas, tomando por base ideológica um trabalho escrito em 1944, chamado "Caminho da Servidão", de Friedrich Hayek, para propor o novo/velho liberalismo, ou seja, que o Estado se retirasse do domínio das relações econômicas, que o Estado privatizasse, que o Estado cumprisse as suas funções básicas - de garantia da propriedade privada dos meios de produção, da segurança e da justiça - e que o Estado tivesse um controle mínimo sobre algumas grandes empresas e sobre o capital financeiro. Mas na realidade o Estado ficou a reboque do mercado, como se o mercado fosse um deus maior que pudesse resolver tudo. Se auto-regulasse.

Cresceu a produção no mundo também com a entrada da Índia e a China nessas últimas décadas. Os países periféricos cresceram, com exceção do Brasil, mas os demais cresceram em

média 7% e crescer essa média significa dobrar a riqueza. Então, parcelas crescentes dessa riqueza foram sugadas pelo capital especulativo. Ocorreu uma transferência de riqueza do capital produtivo para o capital especulativo (que nada produz), daí ele ser caracterizado como parasitário. Essa forma de acumulação faz parte do próprio sistema, é um estágio de desenvolvimento do capitalismo.

Parece ser necessário que o capitalismo tenha esse estágio, entre numa crise para com a crise aprender a não repetir, por exemplo, o que nós estamos assistindo agora. Entretanto, os governos americano e europeus injetam recursos para a continuidade da especulação, ao invés de injetar recursos que possibilite uma nova dimensão e uma nova ordem.

No caso do Brasil, por exemplo, o Banco Central diminuiu o compulsório dos bancos, ou seja, o que os bancos deveriam recolher ao Banco Central de cada depósito novo e isso significa mais dinheiro disponível. Qual seria a lógica? Se há mais dinheiro disponível para os bancos há mais empréstimos, mais abundância de dinheiro, logo, taxas de juros mais baixas, não é? Está ocorrendo o contrário, porque esse dinheiro não está "irrigando" a economia, ou melhor, sendo emprestado para investimentos, capital de giro e para os consumidores. Então é como se você tivesse conseguido bastante sangue para um doente que precisa de uma transfusão; no entanto, tem alguém pisando a mangueira que irriga o sangue. O crédito é o oxigênio do capitalismo, portanto, os governos têm que obrigar os agentes financeiros repassarem esses novos recursos para o setor produtivo e para os consumidores a taxas de juros mais baixas. Acontece que as altas taxas de juros, fixadas pelo Banco Central, atraís esses recursos para aplicação em títulos do tesouro nacional porque rendem muito e são seguros pois os bancos têm receio de emprestar.

Estão colocando recursos para a continuação do processo de especulação e não para o processo produtivo, quando a pretensão é somente salvar bancos, seguradoras, fundos de investimentos e especuladores. E o que os bancos ganharam durante esses anos todos? Quem não acompanhava, por exemplo, os balanços dos bancos no Brasil, Bradesco, Itaú, bancos estrangeiros que estão aqui dentro, Santander?

É preciso analisar passo a passo as medidas adotadas. Acompanhando os desdobramentos, observo que visam atender fundamentalmente aos interesses do capital e não tem nada sinalizando para atender os interesses da classe trabalhadora.

Comemorou-se no Brasil, recentemente, o crescimento do consumo que ocorreu à custa de endividamento da classe trabalhadora. A facilidade do crédito, apesar das taxas elevadíssimas, e o número de cartões de crédito e empréstimos é um negócio absurdo!

Sei que a situação brasileira é diferente e mais estável que muitos países, inclusive os desenvolvidos. O Fernando Henrique Cardoso afirmou, numa entrevista, que em seu governo os 78 bilhões de dólares de reserva quase desapareceram por causa de uma pequena crise na Ásia. No governo atual, as reservas são 207 bilhões de dólares, ou seja, há recurso para ser utilizado mas é bom não esquecer que esse dinheiro foi adquirido às custas da contribuição dos trabalhadores brasileiros, de todos nós, porque temos a transferência de renda mais injusta do mundo, o sistema tributário mais injusto do mundo, onde os mais pobres pagam e os mais ricos não pagam. O capital internacional, por exemplo, no Brasil, não paga imposto de renda dos lucros obtidos no estéril processo especulativo. Enquanto isso, trabalhadores que ganham até mil e quatrocentos por mês, pagam imposto de renda. Eles que ganham milhões, bilhões de reais e não pagam imposto de renda. É justo?

### **Inserção subordinada**

Então todo esse quadro, por quê? Porque a nossa inserção na nova ordem econômica mundial consolidada a partir do governo Fernando Henrique Cardoso e continuada no governo Lula é uma inserção subordinada aos interesses do capital internacional, não uma inserção independente. Nós temos que partir para um desenvolvimento próprio onde os abalos externos tenham menos efeitos aqui dentro. Se não tivéssemos tanta dependência do ingresso de capitais especulativos ou da venda de matérias primas e não de produtos manufaturados; se tivéssemos investido, neste mesmo período, fortemente em educação, para que esse

desenvolvimento educacional provocasse um amplo desenvolvimento científico e tecnológico nas Universidades, nos Institutos de Pesquisa, estaríamos hoje em vários ramos, vários setores suficientemente desenvolvidos para exportar tecnologia de ponta.

Um mercado interno fortalecido significaria melhor distribuição de renda, com melhores salários para os trabalhadores e fortalecimento da classe média; maior propensão para consumir e poupar e, conseqüentemente, maiores vendas e investimentos mais volumosos. É importante repetir, o Brasil é o 14º produtor de riquezas do mundo e possui uma das mais elevadas concentrações de renda e riqueza do mundo. Uma política efetiva de distribuição de renda que permitisse às pessoas consumir sem estarem se endividando ou que os bancários, por exemplo, diante dos lucros exorbitantes dos bancos, não precisassem organizar greves para conseguir seus reajustes.

### **Universidades públicas**

Não pode ser negado que o governo Lula está injetando mais recursos nas universidades. É só visitar o site Transparência e lá encontraremos dados que revelam que todas as universidades públicas estão recebendo mais recursos. A nossa está se expandindo, como a do Ceará, Maranhão, Alagoas, Sergipe e Pernambuco. Estão também sendo criadas mais universidades públicas. O que acontece é que o modelo que está sendo implantado pelo MEC é um modelo de resultados que se assemelha ao que o FMI fazia, até recentemente, com países periféricos, dependentes: "libero recursos desde que vocês me apresentem um crescimento quantitativo" sem qualquer preocupação com os aspectos qualitativos. Isso significa que a primazia da quantidade em detrimento da qualidade. Precisam de números, pois com eles apresentam para as sociedades estatísticas ascendentes. Vale lembrar que este mesmo modelo foi imposto ao ensino fundamental, onde as crianças não podem ser reprovadas, para que crescesse o número de crianças e jovens que estão cursando o ensino fundamental. Hoje pode ser constatado que inúmeros desses jovens, embora tenham concluído o ensino fundamental, continuam analfabetos. Aí se

cria uma nova terminologia para esse jovem: analfabeto funcional.

Outro aspecto da concepção liberal que permeia as universidades (e a sociedade), há alguns anos, que é o da despolitização. Na verdade, estão sendo castrados as utopias e os sonhos. Então, fica difícil a discussão de políticas universitárias, políticas educacionais, políticas de trabalho, políticas de renda ou políticas fiscais. O neoliberalismo trouxe dois grandes males a sociedade, em particular a sociedade brasileira: um foi o discurso do **caminho único** – o do neoliberalismo.

Nas ciências sociais existem várias concepções, vários paradigmas, portanto, vários caminhos a serem trilhados. Quando se tenta castrar a formação plural dos jovens, também é retirada deles uma capacidade reflexiva. E se desaparece a capacidade reflexiva, desaparece também a capacidade crítica. Ser crítico não é necessariamente ser contra; ser crítico é ter capacidade para filtrar a informação da forma como ela chega. Então, se uma notícia é lançada pela grande mídia como verdade única e absoluta ela passa a reproduzir como uma verdade única e absoluta dentro do senso comum. Isso é horrível para sociedade e para qualquer grupo que irá assumir o poder. Os jovens que estão hoje nas universidades, são os que irão assumir o poder futuramente, dentro de dez, quinze, vinte anos. E estarão totalmente despolitizados.

O outro grande mal é a exacerbação do individualismo. A despolitização associada ao individualismo são fundamentais para o enfraquecimento e esfacelamento dos movimentos sociais e populares. O individualismo em si é talvez o pior mal porque as pessoas passam a achar que as suas vidas são resultados de suas ações individuais e não resultado do sistema como um todo. Daí tantas depressões e suicídios! Ora, como agem os governos para relativizar essa situação? Com políticas públicas fragmentadas e isso fragmenta ainda mais as classes sociais que já estão bastante dispersas. Mais uma vez vou me basear no ponto de vista do novo arcebispo de São Paulo, quando ele diz que o maior risco para a democracia e para a sociedade é quando o povo

passa a ter nojo de política, acrescentaria: e quando cada um, embora mantendo relações sociais, passam a agir individualmente competindo sem ética.

As políticas públicas estão fragmentadas (para grupos) e de curto prazo e não há uma política geral de desenvolvimento para o País, um plano nacional de desenvolvimento que oriente e possibilite um planejamento regional integrado. Não se sabe, por exemplo, como os bancos de desenvolvimento irão adotar a políticas de crédito para o Nordeste, se eles não possuem uma orientação a partir de um planejamento de longo prazo do país. Não existe planejamento de longo prazo. E por que este planejamento desapareceu? Porque a nova lógica, a partir da década de 80 e no Brasil a partir de 90, era a de que o Estado não deveria intervir na economia que seria regulada pelo mercado. E este, está comprovado, não tem capacidade de se auto-regular e também não irá eliminar as desigualdades regionais e nem preocupar-se com a redistribuição da renda e da riqueza. A história já ensinou, a partir da crise de 1930, que a intervenção do Estado é necessária e imprescindível porque o mercado só trabalha no curto prazo e apenas busca, incessantemente, maximizar seus lucros.

Encerraria com algumas considerações sobre os caminhos da crise no Brasil. Acredito que o Estado brasileiro deve adotar medidas urgentes no sentido de desviar o país da recessão. Para tanto, acredito que a injeção de recursos em setores e ramos de produção que gerem empregos, principalmente, os que já vinham gerando: como construção civil, confecções, agricultura familiar, etc. Esta nova realidade mundial gestada pela crise financeira exige o abandono das políticas e mecanismos que foram, até recentemente, utilizados como “controle fiscal”, “superávit primário” e a “liberalização do capital”. O pior não é entrar em recessão, mas retirar o país de uma recessão.

<sup>1</sup> Economista/DECON-UFPI.

# POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS NAS UNIVERSIDADES

por Solimar Oliveira Lima<sup>1</sup>

Na tarde de 20 de novembro de 1993 surgia, no Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí/UFPI, o Núcleo de Pesquisas sobre Africanidades e Afrodescendência-Ifaradá. O nome Ifaradá, resistência pelo conhecimento em iorubá, remetia ao firme desejo de um grupo de estudantes e professores em reescrever a história da população negra, especialmente a do Piauí. Refletia também a disposição dos pesquisadores, quase todos militantes do movimento negro organizado no estado, em dialogar, a partir da prática científica, com os mais diferentes setores da sociedade.

O Núcleo surgiu como um produto de seu tempo, quando se começava discutir, no Brasil, com maior vigor, um projeto institucional fecundo de propostas e iniciativas voltadas à questão da raça, introduzido pelo espírito neoliberal de FHC e tão bem consolidado no imaginário social nos anos Lula. Nesta concepção pós-moderna de ver o mundo poder-se-ia encontrar possibilidades para o individualismo liberal e os direitos coletivos em uma sociedade reconhecidamente formada por um conjunto de particularidades, com fragmentação dos indivíduos em diferenças e múltiplas identidades. As estruturas públicas voltaram-se a partir de então, com maior ou menor denodo, a buscar a chamada igualdade através de políticas compensatórias ou de ações afirmativas para segmentos socialmente relegados.

Esta compreensão e o debate sobre as diferenças e identidades encontraram nas universidades um espaço privilegiado de produção que refletindo sobre as relações sociais apontaram, desde cedo, para a construção de políticas públicas e comportamentos sociais voltados à redução das desigualdades e fortalecimento de grupos identitários. Cresceram, sobremaneira, posturas no campo das idéias e indicações da necessidade de ruptura, na prática, do princípio norteador da política social brasileira assentado em visões igualitárias tendo como base políticas

gerais para diferentes grupos sociais. Assim, as ações públicas deveriam buscar o respeito às especificidades e diferenças, reconhecendo a pluralidade e heterogeneidade presente na formação e construção do país, visando a justiça e a inclusão social.

A promoção de uma ambiência favorecedora da igualdade racial nas universidades, especialmente as públicas, encontrou nas políticas públicas implantadas pelo governo federal, em particular nas políticas sociais, uma perspectiva de resgate de dívida social para com a população negra. Construir e consolidar experiências exitosas no campo das chamadas ações afirmativas tornou-se desafio para pesquisadores, especialmente negros. Nos últimos anos, as produções resultantes deste engajamento fizeram muitos acreditarem que as ações afirmativas não deveriam ser compreendidas como um esforço isolado e oriundo tão somente da vontade e desejo político do poder central. As proposições de políticas e ações exigiriam a necessidade de tornar-se uma agenda dos segmentos incluídos e da própria sociedade que deveria garantir os avanços específicos como condição a universalização dos direitos sociais e cidadania.

A experiência vivenciada da inclusão via ação afirmativa, em tese, para a população negra, possibilitaria a criação de uma cultura de segurança e autonomia na sociedade. Neste campo, as universidades públicas, como espaços públicos de representação de forças e interesses coletivos, exerceriam uma política conjunta de responsabilidade pública voltada não só a segmentos tradicionalmente excluídos das ações governamentais, mas a um processo de democratização e a inclusão de todos. A criação e consolidação de espaços potenciais de autonomia e dignidade exigiriam, por parte das instituições de ensino, o reconhecimento de agendas conjuntas com a sociedade, e em especial com os segmentos sociais sujeitos das ações.

Neste contexto, a experiência do conhecimento pautada na universalização do saber, na equidade e no empoderamento da sociedade e grupos específicos redesenhariam na universidade pública uma nova cultura pública de responsabilidade social para com a população negra, especialmente com ensino, pesquisa, extensão e políticas de acesso e permanência no ensino superior. Esta construção teórica e prática vem sendo desenvolvida com esmero por Núcleos de Estudos Afro-brasileiros, os NEABs, presentes em quase todas instituições de ensino superior no Brasil. A construção tornou-se a conduta predominante e como tal dominante no meio acadêmico, empobrecendo o debate e a compreensão da realidade, sobretudo para quem mais precisa enxergar e desvelar as ciladas do pensamento neoliberal cada vez mais presente na academia.

Ajudei a construir esta história, mas confesso, tinha e tenho outro propósito político. Apresentei desde o início uma recusa explícita da proposta de racialização do país. A minha defesa da identidade étnica e de seu fortalecimento não significa dividir em raças a sociedade brasileira para negociar direitos para grupos específicos. Os esforços, por mim empreendidos, para vizibilizar nosso passado e assegurar um futuro diferente para a população negra sempre teve como princípio a efetiva universalização dos direitos sociais mínimos para todos.

Na história que ajudei a construir, como pesquisador e como coordenador por várias gestões do Ifaradá, compreendendo que o movimento por políticas de ações afirmativas e identidades constitui-se em possibilidades e avanços para a redução de materializações negativas para algumas identidades socialmente construídas, mas insuficiente para enfrentamento das desigualdades sociais cotidianamente reproduzidas por um sistema de relações sociais que se nutre da exploração da condição humana e da negação de direitos. A insuficiência das ações afirmativas tem se revelado na sua ineficiência para a nossa emancipação. O caráter limitado e focalizado das ações tem retirado o movimento da centralidade dos acontecimentos na nossa sociedade.

Estamos agindo desconhecendo o entrelaçamento da nossa exclusão com a ordem

material capitalista e sua configuração de poder. Estamos deixando de ser ameaça e reduzindo as chances de superação das desigualdades dada a nossa acentuada segmentação. Estamos cada vez mais específicos, sozinhos e isolados. O nosso trabalho de rejeição das desigualdades, racismo e opressão tem, na verdade, concorrido para estimular a concorrência entre nós, assegurando campos de domínios e falsas solidariedades que nos dividem e enfraquecem como negros e trabalhadores. O convite repassado quando lia o regimento do Ifaradá naquela tarde de sua fundação, não era para a fragmentação e isolamento. Convidava quem tinha força para somar forças e pisar firmes e juntos no terreno da luta de classes no estado para mudar a nossa história.

A sociedade piauiense acostumou-se a conviver com a precariedade das condições de vida de grande parte de sua população, especialmente os considerados pretos e pardos. As estatísticas das desigualdades são constrangedoras. Segundo o IBGE, as populações parda e preta somam 72%. O rendimento médio deste contingente é 1/3 a menos que o da população branca, isto considerando que 52% da população total ocupada percebem até um salário mínimo por mês. A taxa de analfabetismo dos negros é de 68% entre aqueles com mais de 15 anos, os pardos passam apenas cinco anos nas escolas e os pretos, quatro. Os lares negros convivem diariamente com a humilhação da miséria e fome, uma vez que 82% padecem com insegurança alimentar moderada ou grave. Somos pobres e somos negros.

Entre tantos iguais uma lição parece ser necessária a quem encontrou nos estudos a possibilidade de uma vida melhor. Nós, letrados, podemos contribuir com os que ficaram aprisionados ao legado da escravidão. Nossos esforços devem ir além das conquistas pessoais porque têm muitos esperando por nossas ações. Precisamos fortalecer a nossa caminhada, de forma coletiva, acreditando que o futuro nos reserva segurança e autonomia. Começamos, na UFPI, há 15 anos, a tecer este futuro desejado e já conquistado por alguns, com sinceridade e respeito à ciência, escrevendo novas páginas para si e para nós afro-piauienses.

**<sup>1</sup> Doutor em História/PUCRS, Professor Adjunto do DECON e dos Mestrados em Políticas Públicas e História do Brasil, pesquisador do IFARÁDÁ.**



# LIBERALISMO, COMUNITARISMO E A ABORDAGEM DAS CAPACIDADES DE AMARTYA SEN

por Sérgio Duarte da Fonseca<sup>1</sup>

A abordagem das capacidades, proposta por Amartya Sen, é um quadro referencial normativo tanto para a proposição de políticas públicas, estatais ou supra-estatais, quanto para a avaliação do bem-estar, da desigualdade e da pobreza.

A abordagem das capacidades que tem como foco central a capacidade das pessoas de funcionar. Os funcionamentos são os estados e atividades de uma pessoa, ou seja, englobam os mais diversos aspectos da vida humana, desde ser respeitado, estar bem nutrido, ser psicológica e fisicamente saudável, até caminhar, trabalhar, participar da comunidade e participar nas atividades políticas. Uma capacidade é um funcionamento potencial e as capacidades de uma pessoa formam seu conjunto de capacidades, que representa sua liberdade real ou substantiva de ser e fazer o que desejar, ou seja, poder escolher a realização de um ou mais dos funcionamentos potenciais, de acordo com o seu plano de vida.

Os funcionamentos efetivamente obtidos são secundários do ponto de vista da abordagem das capacidades, pois o ponto focal da teoria é a aferição da oportunidade real dos agentes individuais de exercício da liberdade. A tese fundamental da economia normativa ou ética do desenvolvimento proposta por Sen é a de que os agentes individuais são os promotores das mudanças em direção a um maior patamar de bem-estar, ou seja, desenvolvimento. O desenvolvimento é concebido como o processo de obtenção da liberdade ou, em termos negativos, da eliminação dos entraves ao exercício da liberdade.

Ao considerar a liberdade como um fim e não um meio entre outros para a obtenção do bem-estar, Sen critica as produções teóricas tradicionais da teoria da justiça, como a de John Rawls, sem se afastar do campo do liberalismo ético. Recentemente e de forma incipiente, a abordagem das capacidades foi criticada por autores de tendência comunitarista por se fundamentar, segundo eles, em uma visão excessivamente abstrata dos agentes individuais, visão essa típica, segundo tais críticos, do liberalismo ético e político.

A característica básica do comunitarismo (Taylor; MacIntyre; Ricoeur, Sandel) é a defesa da profunda e irreduzível relação entre o indivíduo e sua comunidade, quer dizer, do caráter comunitariamente situado do self. Segundo a perspectiva comunitarista, a falha do liberalismo adviria de sua ênfase indevida na autonomia, ênfase essa que traria como conseqüência sua típica incapacidade de descrever adequadamente os indivíduos como agentes morais, por não levar em conta seu caráter comunitariamente situado. Em termos gerais, as críticas de inclinação comunitarista à abordagem das capacidades, como aquelas propostas por Des Gasper e Séverine Deneulin, considera que, apesar da ênfase teórica conferida por Sen à inclusão do indivíduo na comunidade, tal inclusão é levada em conta de um ponto de vista meramente instrumental, pois o que importa para a teoria é a satisfação das necessidades básicas e o exercício sem entraves da liberdade. A falha aqui seria, segundo os críticos comunitaristas da perspectiva liberal da abordagem das capacidades, que a teoria em seu estágio atual considera a liberdade de forma excessivamente abstrata, por não levar devidamente em conta o papel irreduzível dos valores culturais na constituição da racionalidade prática, falhando assim na tarefa básica de oferecer uma descrição adequada do papel dos fatores culturais para o auto-desenvolvimento.

A contribuição da crítica comunitarista à abordagem das capacidades parece ser a constatação de que a ética do desenvolvimento deve considerar como um bem intrínseco não apenas a liberdade do indivíduo, tal como no modelo seniano, mas também os valores culturais, possibilitando assim uma descrição mais realista dos agentes individuais e um quadro normativo mais robusto para a avaliação do bem-estar.

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Departamento de Filosofia e do Mestrado em Ética e Epistemologia, Doutor em Filosofia/PUCRJ.

# O DIA QUE O MUNDO NÃO ACABOU *AINDA*

por Antonio Carlos de Andrade<sup>1</sup>

Hoje, 4 de outubro de 2008, estive o mundo capitalista à beira de seu fim. Caso a Câmara de Representantes do EUA rejeitasse mais uma vez o Plano Paulson (Henry Paulson, secretário de Tesouro americano), haveria uma verdadeira quebra de bancos, financeiras e empresas americanas com consequências por demais conhecidas pelos historiadores econômicos do mundo inteiro. Foram cerca de 850 bilhões de dólares que serão usados para a compra dos títulos podres espalhados pelo sistema financeiro americano, europeu e asiático. Não se tem notícias de nenhum deles por aqui no país.

Basta lembrar-se do que aconteceu em 24.10.1929, quando a Bolsa de Nova Iorque quebrou e o tesouro americano e o federal reserve nada fizeram e deixaram a economia americana ao “deus dará”. Naquela época, mais de 15 milhões de americanos perderam seus empregos, mais de 5 mil bancos faliram, cerca de 90 mil empresas faliram.

Só para o leitor ter uma pequena idéia do que vem por aí na economia americana, basta citar que somente no mês de setembro foram perdidos quase 200 mil empregos, números somente iguais há cinco anos, antes da grande mobilização para a Guerra com o Iraque.

No Brasil de 1929, o estrago na economia foi enorme, uma vez que três partes da economia do país dependia do café. De cada 4 empregados, três estavam ligados a economia cafeeira. O governo federal a fim de amenizar a crise interna adquiriu a maioria das safras para mandar destruir mais de 80 milhões de saca de café com o intuito de diminuir os estoques numa tentativa de manter os preços do mesmo que só caía pela falta de demanda externa. No mundo todo se viu a destruição de bens: no Canadá, o trigo; nos EUA, algodão, e em outros países capitalistas também se verificou essa tentativa de se manter os preços com a redução dos estoques.

Fica claro para todo mundo agora que risco sistêmico, que em finanças significa o risco que não pode ser reduzido por meio da diversificação da exposição, isto é, quando ocorre uma quebra de uma instituição financeira, a sua falência pode

provocar um efeito dominó, jogando por terra, prejuízo por todo o sistema bancário.

O que pode acontecer com a economia brasileira, a grande pergunta que se houve por toda parte? Em primeiro lugar, o trem que conduzia o “espetáculo do crescimento” vai reduzir sua velocidade para não sair dos trilhos. Os preços das principais commodities que o país exporta tais como: minério de ferro; grãos, carnes, dentre outras, deverão ter seus preços reduzidos por conta da queda de atividades no resto do mundo. Queda nos preços externos e também na demanda, significa aumento da oferta interna, principalmente de alimentos com a consequência na redução nos seus preços. Em segundo lugar vendendo menos e a preços mais baixos as empresas nacionais devem ter lucros menores e devem também empregar menos. Em terceiro lugar, o nosso trem deve andar mais devagar e o crescimento da economia deve-se situar entre 3 a 4 por cento do PIB. De volta, o “vão da galinha”.

E o que fazer? Políticas Públicas combinadas com Investimentos Públicos: dar continuidade ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento); aumentar a oferta de crédito para as empresas exportadoras (gastar parte dos 200 bilhões de dólares de reservas que rendem pouco mais de 4% ao ano); manter a política monetária do Banco Central, porém sem causar anorexia a economia brasileira; diminuir a depósito compulsório para que os grandes bancos possam adquirir as carteiras de créditos dos pequenos bancos (os mais afetados com o aperto da falta de crédito). Qualquer 2 ou 3 pontos percentuais acima da meta de inflação não vai matar ninguém e pode manter um crescimento da economia a um ritmo abaixo dos 5,5%, previstos para esse ano, mas a uma taxa de apenas 30% menor no ano que vem. Existem alguns críticos dizendo que essa ajuda do tesouro americano não vai resolver nada. Quanto a isso o melhor é aguardar alguns dias, talvez semanas.

<sup>1</sup> Professor Adjunto do DECON-UFPI, Doutor em História Econômica/USP.

# OS CAMINHOS DA CRISE

por Márcio Braz<sup>1</sup>

Nas últimas semanas os economistas brasileiros têm dedicado boa parte de seu tempo para analisar as possibilidades da crise norte americana atingir o país. As opiniões, em geral se dividem em dois grupos: alguns entendem que as economias emergentes, aí incluída a brasileira, estão “descoladas” das economias dos países mais ricos, portanto seriam impactadas de forma mínima pela crise; enquanto que outros acreditam que ainda é cedo para previsões otimistas, já que o grau de impacto dependeria de desdobramentos ainda não perfeitamente previsíveis e o mais sensato portanto seria a adoção de medidas preventivas.

A opinião dos primeiros é fundamentada em alguns resultados positivos obtidos pela economia nos últimos meses, que teriam consolidado mecanismos de proteção contra crises externas. Já os que acreditam na possibilidade de impacto maior apontam vulnerabilidades capazes de provocar estragos relevantes na economia nacional se a crise não for debelada de imediato.

O que pretendemos neste artigo é analisar estes os fortes e as ameaças, que dividem opiniões, de forma a evidenciar as características mais gerais que deveriam nortear as alterações no modelo econômico brasileiro diante do problema.

## 1. Os pontos fortes da economia nacional

A conjuntura econômica internacional nos últimos anos favoreceu de forma significativa a economia nacional. Em particular possibilitou a diversificação dos destinos de nossas exportações e a obtenção de um saldo positivo na Balança Comercial, que resistiu à alta do dólar que ocorreu nos últimos meses deste ano de 2008 (R\$ 1,5911 em 31 de junho para R\$ 2,181 em 09 de outubro<sup>1</sup>).

Em US\$ milhão	
Ano	Saldo da BC
2.000	-697
2.001	2.642
2.002	13.093
2.003	24.801
2.004	33.696
2.005	44.764
2.006	46.457
2.007	40.039

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

O saldo positivo da Balança Comercial contribuiu para que nos tornássemos menos dependente da entrada de capital especulativo e para combater o **déficit** em Transações Correntes.

Como se pode ver na tabela 1, saltamos de um déficit US\$ 697 milhões em 2.000 para um superávit de US\$ 40.039 milhões em 2.007. Um significativo aumento de mais de 150% em pouco tempo.

Os dados referentes ao destino de nossas exportações estão representados na tabela 2 abaixo, abaixo:

Ano	EUA	Tigres Asiáticos	Ásia	China	África
2.000	26.089	4.545	14.927	2.307	4.254
2.001	27.114	4.670	15.880	3.231	5.320
2.002	25.665	4.641	16.794	4.075	5.039
2.003	26.298	5.335	20.608	6.681	6.153
2.004	31.456	7.077	26.857	9.152	10.431
2.005	35.206	9.309	35.436	12.190	12.638
2.006	39.182	11.406	43.705	16.393	15.567
2.007	43.787	13.062	55.802	23.367	19.911
<b>Indicador de Crescimento</b>	1,68	2,87	3,74	10,13	4,68

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior<sup>2</sup>

Os dados anteriores mostram que, embora permaneçam importando um valor bastante significativo do total de nossas exportações, os EUA vêm perdendo importância para os países emergentes, em particular para a China, que multiplicou por mais de 10 as compras do Brasil, e para a Ásia, que já nos compra mais que os Estados Unidos.

Menos dependência, portanto, do epicentro da crise.

Outro ponto que nos favorece é a situação atual da relação Dívida Externa Total/Reservas Internacionais. Em março de 2008, para uma dívida externa total de 201 bilhões de dólares tínhamos um reserva de 195 bilhões<sup>3</sup>. O indicador Reservas/Serviço da dívida, neste mesmo mês era de 1,8, evidenciando a situação de liquidez de nossa economia. Essa situação de liquidez é importante para a gestão do Balanço de Pagamentos, pois dá tranquilidade aos credores externos quanto ao cumprimento de nossas obrigações e facilita negociações.

Talvez, dos pontos fortes aqui citados, o mais importante seja o dinamismo recente do mercado interno. O IBGE<sup>4</sup> informa que o índice de crescimento das vendas no varejo no país era de 133,30 (2003=100) em agosto de 2007 e saltou para 142,20 em julho de 2008. O jornal Estado de São Paulo em matéria de 12/03/2008 (Investimento e Consumo das Famílias Puxaram a Economia em 2007) citando o IBGE informa que o consumo das famílias cresceu 6,5% em 2007, bem acima do PIB.

Além de menos dependentes do epicentro da crise, também estamos, portanto, menos dependentes do setor externo da economia, o que sem dúvida alguma é muito bom para o enfrentamento de crises na economia internacional.

O que precisamos investigar é se esses pontos fortes são suficientes para proteger a economia brasileira da crise ou se ainda temos alguma vulnerabilidade que implique em tratamento preventivo para evitar a contaminação – o que veremos a seguir.

## 2. As ameaças ao equilíbrio brasileiro

O saldo positivo da balança comercial tem contribuído decisivamente para a boa situação de nossas contas externas, mas tem se deteriorado já

que desde 2005 as importações estão crescendo a um ritmo mais veloz conforme mostra a tabela abaixo:

Saldo Anual da BC		
Em US\$ milhão		
Ano	Exportações	Importações
2005	118.529	73.600
2006	137.807	91.351
2007	160.649	120.621
<b>Índice de Crescimento</b>	1,36	1,64

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior<sup>5</sup>.

Os valores que resultam deste processo podem ser vistos na tabela abaixo, que mostra o saldo mensal da balança comercial:

Em US\$ milhão		
Meses	Anos	
	2007	2008
Jan	2.517	938
Fev	2.898	874
Mar	3.320	1.003
Abr	4.178	1.742
Mai	3.859	4.073
Jun	3.820	2.719
Jul	3.344	3.304
Ago	3.535	2.269
Set	3.471	2.762

Fonte: Banco Central do Brasil

O resultado desta deterioração é que entre janeiro e agosto de 2008 o superávit da Balança Comercial não cobria mais o déficit da Balança de Serviços, provocando um déficit em Transações Correntes de US\$ 21.2 milhões<sup>6</sup>. Se a tendência continuar, a entrada de capitais ganhará importância para o equilíbrio do Balanço de Pagamentos.

Nossos principais parceiros comerciais têm suas economias bastante vinculadas à economia norte americana e podem sofrer com a crise, sendo forçados a reduzir suas importações, o que contribuiria para o desequilíbrio de nossas contas externas.

Neste aspecto é importante considerar também (ainda de acordo com o MDIC) que os "Produtos Básicos" representaram 37,1% do total das exportações brasileiras no período de janeiro a setembro de 2008. Como estes produtos são bastante sensíveis às condições de mercado, o mais provável é que tenham seus preços deteriorados em situação de crise, o que seria um outro fator de complicação para o equilíbrio do Balanço de Pagamentos do país.

A situação pode ser mais grave ainda se os investidores precisarem retirar seus capitais do país para cobrir prejuízos fora dele. Um ataque especulativo para forçar a alta da taxa de juros produziria o mesmo efeito. Neste caso o quadro seria de aumento da taxa de câmbio e de volta da inflação

Concretizando-se esse cenário, o país precisaria de entrada de capitais externos em volume considerável para equilibrar suas contas. Em que condições conseguiríamos isso em crise da economia internacional? E como combateríamos o previsível aumento de preços internos?

### 3. Linhas gerais de intervenção

Como vimos acima, os fatores que determinam se a crise chega aqui, quando chega e em que intensidade não são variáveis de controle endógeno à economia brasileira, nem à atuação de seus dirigentes. Conhecemos apenas os caminhos por onde ela pode vir e sabemos que existe uma possibilidade concreta de que venha, mas não sabemos quando e nem com que força vem.

Esperar passivamente sua chegada é sem dúvida alguma a pior das alternativas!

De imediato poderíamos imaginar uma forma de conter a saída de capitais externos, mas essa forma só poderia ser encontrada no campo da normatização, o que provocaria problemas imediatos no relacionamento com investidores e governos externos, além de dificuldades em negociações futuras.

A lógica que caracteriza a atuação dos responsáveis pela condução de nossa economia permite crer que a intervenção seria no sentido de aumentar os juros para que a economia brasileira continue sendo atrativa para os capitais externos e

conter os investimentos públicos e a demanda interna para controlar o aumento de preços. Mesmo que à custa do já precário crescimento econômico do país.

Fora destes paradigmas a saída seria promover alterações no nosso modelo econômico, tornando a dinâmica de nossa economia cada vez mais dependente de fatores internos, que estão sob controle nacional.

Este dinamismo interno seria conseguido através de medidas que promovessem a aceleração da recuperação do salário mínimo, a derrubada da taxa de juros, a redução do superávit primário e o estímulo à poupança interna. Também teríamos que pensar em como estimular a produção interna para conter o avanço das importações.

Enfim, acreditamos que só podemos ter garantia de que não vamos ser atingidos se forem adotadas medidas voltadas para o crescimento e que isso só vai acontecer se rompermos com alguns princípios que norteiam as políticas econômicas atuais.

#### Referências:

- 1 <http://mdic.gov.br>. Acesso em 09/10/2008.
- 2 <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em 09/10/2008.
- 3 Banco Central do Brasil. Disponível em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). Acesso em 09/10/2008.
- 4 [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 09/10/2008.
- 5 <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em 09/10/2008.
- 6 Banco Central do Brasil. Disponível em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). Acesso em 09/10/2008.

<sup>1</sup> Economista, mestrando em Ciência Política/UFPI.

# A EVOLUÇÃO DO ENSINO DE ECONOMIA E A NECESSIDADE DA REFORMA CURRICULAR

por **Fernanda Rocha Veras e Silva**<sup>1</sup>

As Instituições de Ensino Superior no Brasil têm passado por profundas mudanças, notadamente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei 9.394 de 1996, em que o currículo passa a ser um mobilizador de conhecimentos, isto é, uma proposta educacional feita pelas instituições de ensino que se responsabilizam por sua fundamentação, implementação e avaliação. Esta lei, estabelecida pelo Ministério da Educação, regulamenta os princípios e objetivos do ensino superior através das Diretrizes Curriculares Nacionais, as quais devem ser utilizadas pelas instituições de ensino superior (IES) quando da elaboração dos currículos dos **CURSOS** (FALJONE-ALARIO E ZANETTI CAMPANERUT, 2005).

A construção de um currículo envolve tamanha complexidade que precisa ser constantemente revisto, analisado e discutido. E, na sua construção, deve-se ressaltar os seguintes referenciais: “a interdisciplinaridade, que é trabalhar as competências de modo articulado; a flexibilidade, que significa atuar sob várias possibilidades de organização curricular; a contextualização, que permeia a (re)significação do espaço escolar para remete-lo ao mundo do trabalho; e a autonomia, que possibilita fazer o próprio currículo conforme a realidade e as competências a serem construídas” (SANTOS et. al., 2008).

Uma vez entendida a importância do currículo no processo de aprendizagem, faz-se necessário compreender a evolução do ensino da economia no país. O Decreto 20.158, de 30/06/1931, é a primeira norma brasileira que trata efetivamente do currículo de formação do economista. Este, recebe o nome generalista de “Administração e Finanças”, o que evidencia a dominância de disciplinas ligadas às áreas jurídica, financeira, contábil e administrativa. A explicação para tal fato reside na constatação de

que a maioria dos professores advinha da área jurídica, mas fortemente influenciados por conteúdos financeiros, contábeis e administrativos<sup>1</sup>. Dantas (1998 apud Maxwell/Puc-Rio), por outro lado, mostra que o cenário nacional dos anos 30 exigia dos profissionais conhecimentos técnicos e práticos, o que obrigava o economista a ter uma formação fundamentada nestas áreas afins. A despeito disto, a primeira turma da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo forma-se com base nesta estrutura curricular.

Este currículo somente foi modificado em 1945. O segundo currículo de Economia, definido pelo Decreto-Lei 7.988, já evidencia uma outra realidade nacional e mundial. Com o fim da guerra, era necessário pensar e operacionalizar os mecanismos necessários para a recuperação dos países devastados, e também surge uma preocupação com o subdesenvolvimento e a redução das disparidades entre ricos e pobres. É no ano de 1945 que cria-se a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, entidade criada pela ONU com o objetivo de estudar a realidade econômica dos países latino-americanos. E mais, o mundo passa a ser dominado pela teoria keynesiana que, dentre outras pressupostos, preconizava a intervenção do Estado na economia com o objetivo de ser alcançado o pleno emprego. Esse novo cenário exigia mais uma reforma curricular. Neste momento, se fazia necessário a introdução de disciplinas teóricas que possibilitassem um melhor entendimento desses fenômenos macroeconômicos. (Maxwell/PUC-RIO)

Embora este novo currículo permitisse uma sólida formação teórica tornando, portanto, o ensino mais voltado para a área econômica, ele esbarrara em um problema que ainda se fazia presente: a falta de professores que tivessem a formação nesta

área. A maioria dos professores eram engenheiros e advogados. Apesar disto, foi esta reforma curricular que reconheceu o curso de Ciências Econômicas como de nível universitário, e provocou importantes repercussões, tais como: a criação do Conselho Nacional de Economia em 1949; a regulamentação da profissão em 1951, quando são criados o Conselho Federal de Economistas Profissionais e os Conselhos Regionais de Economistas.<sup>2</sup> (ARRUDA, 2008)

Em 1962 ocorre nova reforma, regulamentada pelo Parecer CFE 397/62, separando os cursos de Ciências Econômicas das Ciências Contábeis e Atuariais, e criando um “currículo mínimo”. Isso permitia que cada instituição completasse o currículo com disciplinas voltadas para as especificidades de cada lugar. Assim, o curso passava a ter dois ciclos. O chamado ciclo básico, composto por quatro disciplinas – Introdução a Economia, Matemática, Contabilidade e Estatística Brasileira. O ciclo profissional, por outro lado, incorporava as disciplinas de História Econômica Geral, Formação Econômica do Brasil, Geografia Econômica, Instituições do Direito, Introdução a Administração e Sociologia. Tal estrutura mostra que as disciplinas técnicas ainda tinham peso no ensino da Economia. (Maxwell/PUC-RIO)

Em 1966, verifica-se um outro avanço: o curso se separa do curso de Técnico em Administração. E, em 1971, é criada a Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia – ANPEC.

Entre 1962 e a outra reforma passam-se vinte e dois anos. Neste período verifica-se no Brasil a instauração da ditadura e, com ela, a discussão ideológica passa a separar economistas que se apresentam sobre as mais variadas correntes teóricas – keynesianos, marxistas, monetaristas, etc. Além disso, o país enfrenta um período de crise até alcançar um “milagroso” crescimento (1960-1973) e, mais tarde, um crescimento forçado com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, até que se depara com a crise da dívida externa.

Nesse contexto, não podia deixar de ser diferente, o debate econômico intensificou-se, e o problema inflacionário passou a ser o centro da discussão. Está, então, consolidado o ensino da Economia na universidade brasileira. Ao longo da década de 70 observa-se uma expansão de cursos de economia e, conseqüentemente, da produção

acadêmica voltada para o entendimento da realidade internacional e nacional.

Buffon e Carcanholo (1995) mostram que a maior e mais ambiciosa reforma do ensino da Economia, aprovada em 1984 pelo Conselho Federal de Educação, iniciou-se ainda no final da década de setenta e resultou em dois tipos de insatisfação: 1) com o ensino da Economia; e 2) com a prática do economista. Era notória a oposição ao ensino centrado no uso generalizado de manuais e no paradigma neoclássico, pensamento dominante no pós-guerra. A este estudo da teoria juntava-se um grande número de disciplinas ditas práticas, como matemática financeira, disciplinas de administração, contabilidade, direito, etc.

Os referidos autores viam esta combinação como espúria uma vez que “resultava num curso estéril do ponto de vista teórico e inócua do ponto de vista operacional”. Desta observação, que era compartilhada por um grande número de profissionais, surgiu um movimento pela transformação do ensino da Economia no país.

O processo de Reforma Curricular, no período de 1981-1986, foi marcado pela ampla participação de professores, estudantes, profissionais liberais e entidades profissionais. E, desde a elaboração do anteprojeto do Currículo Mínimo em 1982, foi sendo elaborado o que ficou conhecido como uma VISÃO NOVA do economista, de sua formação profissional, do mercado de trabalho e da sua função social.

(MANSUR, 1995)

A Universidade Federal do Piauí não ficou fora desse debate. Docentes e discentes do Curso de Ciências Econômicas, Campus Teresina, participaram de fóruns que discutiam a necessária e premente reformulação curricular, sob a condução do Conselho Federal de Economia, o que redundou na criação da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia-ANGE.

Enfim, aprova-se em 1984 um novo currículo, através do Parecer 375/84 e da Resolução 11/84. No referido Parecer fica claro a tentativa de enquadramento da Ciência Econômica no âmbito das Ciências Humanas e Sociais. E no Art. 7º da Resolução nº 11/84, do CFE, são estabelecidos os princípios básicos que devem ser respeitados na definição do currículo pleno e na fixação dos programas de cada disciplina assim como seu

ensino:

“a) O curso de Ciências Econômicas deverá estar comprometido com o estudo da realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental;

b) O curso deverá caracterizar-se pelo pluralismo metodológico, em coerência com o caráter plural da ciência econômica, formada por correntes de pensamento e paradigmas diversos;

c) No ensino das várias disciplinas do curso deverá ser enfatizada a importância fundamental das inter-relações ligando os fenômenos econômicos ao todo social em que se inserem;

d) Dever-se-á transmitir ao estudante, ao longo do curso, o senso ético de responsabilidade social que deverá nortear o exercício futuro de sua profissão.”

Pode-se constatar que este currículo não ignora as disciplinas instrumentais, e permite que os cursos sejam planejados a partir de um eixo norteador. Depois de 1985, ano em que a sua implementação passou efetivamente a ocorrer, vários congressos foram realizados para discutir o ensino da economia. De cada encontro saíam novas sugestões que passavam a ser incorporadas, mas sempre com a recomendação do fortalecimento da proposta curricular constante na Resolução 11/84 e Parecer 375/84.

As novas Diretrizes Curriculares, aprovadas em 06 de outubro de 2005 e homologadas em 2006, resultaram de um trabalho conjunto realizado pelas Entidades acadêmicas como ANGE – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia, ANPEC – Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Economia, SEP – Sociedade Brasileira de Economia Política, e as Entidades profissionais, CORECONS – Conselhos Regionais de Economia, FENECON – Federação Nacional dos Economistas, e a OEB – Ordem dos Economistas do Brasil. Com 20 anos de história, a ANGE tem coordenado amplos debates com estas entidades e também com os órgãos públicos responsáveis pela legislação do ensino superior no Brasil. (Cadernos ANGE, 2006)

Depois de pelo menos 10 anos de amplo debate, a ANGE publica as Novas Diretrizes Curriculares, ou seja, “as novas regras que dão conteúdo e forma à formação do economista”. Estas representam uma evolução em relação às Diretrizes (Parecer 375/84) e Resolução (11/84), e

apresentam como principal inovação a ampliação de 40% da carga horária de escolha dos cursos para 50%, com uma redução das unidades de estudo ou disciplinas que compõem o Currículo Mínimo. A importância desta mudança reside no fato de que a definição de disciplinas da carga horária de escolha fica sob responsabilidade dos economistas e de suas entidades representativas. Além disso, outra novidade foi a inclusão de Atividades Complementares extra-classe nos currículos, com o objetivo de possibilitar especializações e experiências definidas pelas próprias instituições, como forma de complementar a formação do aluno.

(Cadernos ANGE, 2006)

As novas regras também alcançaram o Projeto Pedagógico. Embora já recomendado na legislação anterior, este passa a ser obrigatório e adquire novo status, pois passa a servir de base para avaliação do curso e das instituições. Diante disso, as IES ficam obrigadas a elaborar um Projeto Pedagógico, no qual devem ser claramente definidos, além do currículo pleno e sua adequada operacionalização, os elementos que fundamentam a concepção do curso.

Estabelecem ainda, no Parecer 184/86, uma carga horária mínima para a integralização do curso de 3.000 horas, para contemplar os 200 dias letivos por ano previstos na nova LDB. O aumento na duração do curso resulta da inclusão de horas para as Atividades Complementares extra-classe e Estágio Supervisionado, pois a soma de ambos está limitada a 20% da carga horária total, isto é, 600 horas. Este último, no entanto, é opcional; enquanto a Monografia permanece como obrigatória dentro do currículo. (Cadernos ANGE, 2006)

Sendo assim, são obrigatórias 2.400 horas. Não sendo, contudo, fixado o tempo (mínimo e máximo) para a integralização curricular, apenas é feita a recomendação de que o curso tenha um tempo mínimo de quatro anos.

Em sua organização curricular os cursos deverão incorporar conteúdos que atendam aos seguintes campos interligados de formação: (BORGES, 2007)

**I - Conteúdos de Formação Geral**, que têm por objetivo introduzir o aluno ao conhecimento da ciência econômica e de outras ciências sociais, abrangendo também aspectos da filosofia e da ética (geral e profissional), da sociologia, da ciência política e dos estudos básicos e propedêuticos da



administração, do direito, da contabilidade, da matemática e da estatística econômica (10% da carga horária total = 300 horas);

**II - Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa**, que se direcionam à formação profissional propriamente dita, englobando tópicos de estudos mais avançados da matemática, da estatística, da econometria, da contabilidade social, da macroeconomia, da microeconomia, da economia internacional, da economia política, da economia do setor público, da economia monetária e do desenvolvimento sócio-econômico (20% da carga horária total = 600 horas);

**III - Conteúdos de Formação Histórica**, que possibilitem ao aluno construir uma base cultural indispensável à expressão de um posicionamento reflexivo, crítico e comparativo, englobando a história do pensamento econômico, a história econômica geral, a formação econômica do Brasil e a economia brasileira contemporânea (10% da carga horária total = 300 horas);

**IV - Conteúdos Teórico-Práticos**, abordando questões práticas necessárias à preparação do graduando, compatíveis com o perfil desejado do formando, incluindo atividades complementares, Monografia, técnicas de pesquisa em economia e, se for o caso, estágio curricular supervisionado (10% da carga horária total = 300 horas).

Como o curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí continua acompanhando as orientações nacionais esse, portanto, é mais um momento de discussão entre alunos e professores no sentido de adequar o currículo do curso às Novas Diretrizes Curriculares.

Desde o encontro da ANGE, realizado em outubro de 2007, no qual estiveram presentes professores e alunos desta IFES, estão sendo discutidas as bases da reforma curricular. Em reuniões com os professores do Departamento de Economia e com a presença de dois representantes estudantis, foram discutidos os campos de formação que envolvem conteúdos de formação geral e de formação histórica. Nos próximos encontros serão analisados os conteúdos de formação teórico-quantitativa e teórico-prático.

Nesse momento, então, será apresentada a proposta de reforma curricular a todos os alunos do

curso. Nova discussão se estabelecerá até que a proposta final seja aprovada pelos docentes e discentes do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí.

<sup>1</sup> Arruda (2008)

<sup>2</sup> Tais órgãos atualmente correspondem, respectivamente, ao Conselho Federal de Economia (COFECON) e aos Conselhos Regionais de Economia (CORECONS).

#### Referências:

1. ARRUDA, Inácio. Discurso do senador Inácio Arruda no Dia do Economista. 2008. Disponível em: [http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1518&Itemid=1](http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1518&Itemid=1)

2. BORGES, E. R. As novas diretrizes do Curso de Economia. 2007. Disponível em: <http://www.cofecon.org.br>

3. BUFFON, J.A. e CARCANHOLO, R.A. Sobre o Ensino de Economia no Brasil. ANAIS do IX Congresso Nacional da ANGE, 1995.

4. CADERNOS ANGE. Orientação Acadêmica: Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Ciências Econômicas, 2006.

5. FALJONI-ALARIO, Adelaide e ZANETTI CAMPANERUT, Franciane. Projeto Pedagógico e Estrutura Curricular – Como estes Documentos influenciam um Curso Superior de Química? 2005. Disponível em: [http://ensciencias.uab.es/webblues/www/congres2005/material/comuni\\_orales/3-Relacion\\_invest/3\\_1/Faljon\\_Alario\\_793.pdf](http://ensciencias.uab.es/webblues/www/congres2005/material/comuni_orales/3-Relacion_invest/3_1/Faljon_Alario_793.pdf)

6. MANSUR, Pedro José. A Formação do Economista no Brasil. ANAIS do IX Congresso Nacional da ANGE, 1995.

7. MAXWELL/PUC-RIO. Contextualização Histórica do Ensino de Economia e as Mudanças Curriculares Ocorridas no Brasil. Disponível em: [http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG\\_0599.EXE/9040\\_3.PDF?NrOcoSis=27460&CdLinPrg=pt](http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/9040_3.PDF?NrOcoSis=27460&CdLinPrg=pt)

8. Resolução nº11, de 26 de junho de 1984. Disponível em [www.abmes.org.br](http://www.abmes.org.br)

9. SANTOS, et. all. A construção de um Currículo escolar, para cursos superiores de tecnologia, na concepção da avaliação de Competências. Disponível em: [http://www.cefetsc.edu.br/.../Artigo\\_A%20constru%E7%E3o%20de%20Curr%EDculo%20...](http://www.cefetsc.edu.br/.../Artigo_A%20constru%E7%E3o%20de%20Curr%EDculo%20...)

<sup>1</sup> Professora DECON-UFPI, Mestre em Economia/UFPE, Coordenadora do Curso de Economia.

# DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO PRONAF INVESTIMENTO ENTRE OS DIFERENTES ESTADOS E IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS

por Márcia Aparecida Paiva Silva<sup>1</sup>, Aracy Alves de Araújo<sup>2</sup> e João Eustáquio de Lima<sup>3</sup>

## Introdução

O conceito de agricultura familiar é relativamente recente no Brasil, sendo utilizado em substituição a denominações como: pequena produção, pequeno produtor, camponês e agricultura não-comercial (ABRAMOVAY e PIKETTY, 2005). Na categoria de agricultor familiar encontram-se tanto agricultores economicamente integrados, que tiveram acesso a novos padrões tecnológicos, quanto agricultores com baixo nível de integração, que produzem para o próprio consumo.

Para reduzir essa diferença entre os agricultores, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que tem como objetivo aumentar a produtividade dos agricultores familiares e elevar sua renda. No entanto, para que este programa cumpra seu objetivo, é necessário que os recursos sejam distribuídos de forma equitativa para os diferentes Estados brasileiros. O problema que surge é: a distribuição dos recursos do PRONAF está sendo feita de forma a cumprir sua finalidade? Assim, o objetivo principal deste trabalho é analisar a distribuição dos recursos do PRONAF entre as unidades da federação brasileiras, traçar o perfil dos beneficiários, bem como agrupar os produtores familiares de características semelhantes.

## 2. Metodologia

Para a caracterização dos beneficiários dos recursos do PRONAF-Investimento, dos diferentes Estados brasileiros, recorreu-se à Análise Fatorial. Essa técnica é aplicada a um conjunto de variáveis que representam os contratos destinados às atividades de investimento dos agricultores que usufruem dos recursos do PRONAF. Esse método possibilita a descrição do perfil dos beneficiários e,

posteriormente, por meio da análise de clusters, permite agrupá-los em conjuntos distintos.

O modelo de análise fatorial, para uma situação com  $p$  variáveis pode ser expresso da seguinte forma (FERNANDES e LIMA, 1991):

$$X_i = l_{i1} Y_1 + \dots + l_{im} Y_m + e_i \quad (1)$$

$$X_p = l_{p1} Y_1 + \dots + l_{pm} Y_m + e_p \quad (2)$$

em que  $X_i$  são as variáveis, sendo  $i = 1, 2, \dots, p$ ;  $Y_j$  são fatores comuns, sendo  $j = 1, 2, \dots, m$ , e explicam as correlações entre as variáveis;  $l_{ij}$  são os factor loading ou cargas fatoriais e refletem a importância do fator  $j$  na explicação da variável  $i$ ;  $e_i$  é o termo de erro, que capta a variação específica da variável  $X_i$  não explicada pela combinação linear dos factor loadings com os fatores comuns.

Após a obtenção das cargas fatoriais, foi feita a análise de similaridade pelo método hierárquico aglomerativo Ward Linkage Method.

Posteriormente, para determinar a alocação dos Estados, dentro dos grupos, recorreu-se à utilização de algoritmos não-hierárquicos (método das K-médias), que minimiza a média da distância dentro do grupo e maximiza entre os grupos.

O programa computacional utilizado para processar a análise fatorial e realizar a análise de clusters foi o Statistical Package for the Social Sciences (SPSS, versão 11.5). Os dados foram obtidos no Anuário Estatístico de Crédito Rural, disponível no site do Banco Central do Brasil: [www.bcb.gov.br/?RELRURAL](http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL).

As variáveis trabalhadas representam o número de contratos destinados ao investimento em:  $X_1$  = animais de serviço;  $X_2$  = formação de culturas perenes;  $X_3$  = máquinas e equipamentos;  $X_4$

= melhoria das explorações;  $X_5$ = outras aplicações;  $X_6$ = veículos;  $X_7$ = aquisição de animais;  $X_8$ = máquinas e equipamentos;  $X_9$ = melhoria das explorações e;  $X_{10}$ = outras aplicações.

### 3. Resultados e discussão

Os fatores identificados através da análise fatorial foram "investimento agropecuário" e "investimento agrícola". As variáveis  $X_1$  a  $X_6$  representam o número de contratos referentes investimento agrícola e as variáveis  $X_7$  a  $X_{10}$  representam o número de contratos referentes ao investimento na pecuária e detectou-se a formação de cinco grupos. Os cinco grupos identificados foram: Grupo 1: formado pelos Estados do Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco e Piauí; Grupo 2: formado por Paraná e Santa Catarina; Grupo 3: composto por 18 Estados, que são: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, São Paulo, Sergipe e Tocantins; Grupo 4: formado por Rio Grande do Sul; Grupo 5: formado pela Bahia.

Verifica-se que alguns Estados da Região Nordeste, juntamente com Minas Gerais podem ser considerados similares quanto à distribuição de recursos do PRONAF-Crédito para a linha de investimento, uma vez que formam o cluster 1. Os Estados do cluster 3, que formam o maior grupo, são os menos favorecidos com a distribuição de créditos, mas todos apresentam nível similar de distribuição.

Confirmando os resultados obtidos, cita-se Silva et al. (2006b) e Corrêa e Silva (2007) que afirmaram que os Estados da região Nordeste, desde a implantação do PRONAF, despontam pela sua grande representatividade em termos de liberalização de recursos para a linha de investimento. Ainda, Abramovay e Veiga (1999) citam que Minas Gerais tem expressividade na captação de recursos para investimento. Corrêa e Silva (2007) afirmam que os recursos para investimento nos anos mais recentes continuam tendo um perfil que permite o acesso a regiões que concentram agricultores familiares mais carentes, como Nordeste, só que tem aumentado seu direcionamento para a região Sul.

### 4. Conclusão

O PRONAF tem como um dos seus objetivos prioritários gerar melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, sendo que o meio para se atingir tal objetivo é a facilitação de acesso de diferentes produtores familiares ao crédito rural, tendo uma perspectiva contrária à lógica concentradora das políticas agrícolas tradicionais.

É notória a diferença entre os Estados da Região Nordeste e Sul, diante das demais regiões brasileiras. Isso ocorre, devido ao fato de que os Estados do Nordeste, tradicionalmente apresentam maior representatividade na captação de recursos do PRONAF-Investimento.

#### Referências:

- ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, M. G. Política de Crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-66, jan./abr. 2005.
- ABRAMOVAY, R., VEIGA, J.E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília: FIPE/IPEA, 1999. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_99/td\\_641.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_99/td_641.pdf)>. Acesso em: 30 maio 2005.
- Banco Central do Brasil - BACEN. **Anuário estatístico do crédito rural do Banco Central, 1999 a 2006**. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>. Acesso em 15 fev. 2008
- CORRÊA, V. P.; SILVA, F. F. Análise das Liberações Recentes de Recursos do Pronaf: Uma Mudança na Lógica de Distribuição?. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 48, nº 1, jan-mar. 2007
- SILVA, MA. P.; FIGUEIREDO, A. M.; SANTOS, M. L. PRONAF – Distribuição dos recursos e sua comparação com a renda dos beneficiários de diferentes Estados brasileiros. *Revista Vertentes*, São João del-Rei, n. 27, p. 85-98, jan./jun. 2006.

<sup>1</sup> Mestranda em Economia Aplicada pelo Departamento de Economia Rural da UFV e bolsista da FAPEMIG, e-mail: [márcia\\_agronegocio@yahoo.com.br](mailto:márcia_agronegocio@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Doutoranda em Economia Aplicada pelo Departamento de Economia Rural da UFV; Professora Assistente da UFPI – CMRV, e-mail: [aracy.araujo@gmail.com](mailto:aracy.araujo@gmail.com).

<sup>3</sup> Professor Titular do Departamento de Economia Rural da UFV, e-mail: [jelima@ufv.br](mailto:jelima@ufv.br).

# OCUPAÇÃO ECONÔMICA E DINÂMICA DO MERCADO DE TERRAS em Palmeira do Piauí-PI

por Edson Chaves Ferreira<sup>1</sup> e Maria do Socorro Lira Monteiro<sup>2</sup>

## Introdução

A análise da questão agrária vis-à-vis o processo de ocupação e uso das terras no país, revelou a conformação de um dinâmico mercado de terras a partir do período colonial. No entanto, em função das distintas especificidades institucionais, econômicas e políticas do Brasil, tal ocupação ocorreu de forma diferenciada, inclusive com relação a dos biomas. Logo, ressalta-se que a ocupação e uso dos cerrados brasileiros, particularizando o piauiense, iniciou-se na década de 1970, possibilitada pelos condicionantes naturais e pelos arranjos institucionais dos Estados nacional e estadual, embora tenha sido efetivada somente nos anos de 1990 com a implantação de um significativo pólo agrícola moderno centrado na produção de grãos, especialmente, soja. O cerrado do Piauí é integrado por 24 municípios, todavia este artigo centrou-se apenas em Palmeira do Piauí, devido não obstante sua ocupação iniciar somente na segunda metade da década de 1990, o mesmo apresentou um mercado de terras extremamente dinâmico, em decorrência do agronegócio de grãos. Nesse sentido, objetivou-se analisar o processo de ocupação e uso do cerrado piauiense, particularmente, de Palmeira do Piauí relativo à formação e dinâmica do mercado de terras, a partir da década de 1990.

## Metodologia

Quanto ao procedimento metodológico, foi imprescindível o levantamento da documentação bibliográfica e estatística realizada em instituições vinculadas, direta ou indiretamente, à estrutura fundiária existentes no País, no Estado e no município de Palmeira do Piauí, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) e Prefeitura Municipal de Palmeira do Piauí. Os dados primários foram obtidos através de entrevistas semi-estruturada (que permitiu aos pesquisadores, ajustar-se à realidade do universo estudado) direcionada aos agentes econômicos, proprietários das empresas agropecuárias e/ou administradores, escolhidos aleatoriamente, em um total 06 (seis) empreendimentos, aos representantes de entidades locais, que têm relação com a temática e, no Cartório do município sob investigação, com o intuito de identificar o total de negociações por ano em estrato de área superior a 50 hectares, a quantidade e o preço das terras adquiridas, para definição da estrutura fundiária e a formação e dinamização do mercado de terras.

## Resultados e discussões

Segundo Shiki (2003), o interesse do Estado colonial para com os cerrados, objetivava a exploração de minerais preciosos, a qual permaneceu durante dois séculos. Assim, a produção agrícola era abandonada à própria sorte e conduzida pela força de trabalho familiar. Ademais, as terras não eram distribuídas de forma homogênea, haja vista que as grandes propriedades eram disponibilizadas para criação de gado e plantio de cultivares, enquanto as pequenas propriedades destinavam-se à produção de subsistência para a satisfação das necessidades básicas da população. No entanto, a ocupação do bioma iniciou-se efetivamente na década de 1950, com construção de Brasília e estradas ligando a política nacionalista à industrialização do sudeste brasileiro, favorecendo a modernização da produção agrícola pelo uso de máquinas pesadas e insumos externos ao ecossistema e, possibilitando a escala

de produção e lucro elevados aos investidores.

No cerrado piauiense, Monteiro (2002) pondera que coube ao Estado o incentivo à ocupação com o objetivo de tornar a região um significativo pólo agrícola, particularmente de soja, ao disponibilizar via Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI) terras à preços insignificantes, conformando e dinamizando o mercado de terras.

Em Palmeira do Piauí, que localiza-se no centro-sul do Estado, a ocupação iniciou-se apenas em meados dos anos de 1990, com a produção grânifera, principalmente soja, que começou em 1998 com 162 toneladas, compreendendo aproximadamente 1,64% da área total plantada do município. Em 2006, a soja participou na conformação do PIB municipal com 8.188 toneladas, representando 63,81% da área total plantada e 1,5% da produção do Piauí (IBGE, 2006).

Outrossim, constatou-se através da pesquisa de campo que os motivos que atraíram os empreendedores agropecuários para comprar terras em Palmeira do Piauí, assentaram em: 50% na possibilidade de exercer atividade rural, 33,3% visando a posse de propriedades com maior área para cultivar, e 16,7% por informação de corretores.

Deste modo, a ocupação de Palmeira do Piauí centrou-se na procura por terras para produção de grãos. E, de acordo com os dados obtidos junto ao Cartório do município, do início da ocupação até junho de 2007, 84 transações foram efetuadas, configurando uma média anual de 08 negociações. Distribuindo-as por estrato de área, identificou-se que, os estratos de área menor que 100 ha, 100 a menor que 1000 ha e maior que 1000 ha, corresponderam a 31%, 59,5%, e 9,5%, respectivamente, das transações com terra, como também notou-se a redução no número de negociações ao longo do período de tempo sob análise no primeiro grupo de área. No estrato de 100 a 1.000 ha, embora presenciando-se diminuição entre 2000 e 2003, observou-se a retomada das transações de forma significativa a partir de 2004, em virtude da consolidação da produção de soja. Já no estrato com mais de 1.000 ha, as transações cresceram recorrentemente, uma vez que as propriedades negociadas centraram-se, geralmente, em área superior a 2.000 ha, excetuando uma fazenda que possui área de 1.684 ha.

Ressalta-se ainda que, no início do processo

de ocupação de Palmeira do Piauí, o preço de um hectare de terra encontrava-se relativamente baixo, em torno de R\$ 20,00 a R\$ 40,00, o que correspondeu ao expressivo montante de transações ocorridas entre 1996 e 1999, comparativamente aos demais períodos em estudo. Entretanto, com a demanda por terras para produção de soja, o mercado de terras do município conformou-se em novas características, ao observar que a partir de 2003, o preço de um hectare cresceu significativamente, ou seja, passou a oscilar entre R\$ 54,00 e R\$ 111,00.

Diante dessa valorização das terras, expõe-se que somente grandes produtores agropecuários do país que detêm elevados montantes de capital possuem condições de adquirir terras, além de controlar o mercado de terras do município. Contudo, a dinâmica deste mercado caracterizou-se também pela presença de pequenos e médios proprietários de terras que, diante das variações no preço do hectare de terra dadas pela valorização, passaram a usufruir os rendimentos esperados com a venda do recurso natural, terra. Logo, neste mercado se inseriu um segundo tipo de demanda, denominada de especulativa.

Em consonância com os dados do Cartório de imóveis de Palmeira do Piauí, determinadas quantidades de hectares de terras foram negociadas mais de uma vez ao longo do tempo em função da valorização da terra. Aliado às múltiplas negociações, as fazendas também receberam denominações diferentes, o que dificultou assim a identificação dos agentes negociadores e especuladores.

Todavia, a intensificação da produção grânifera e a conseqüente valorização das terras provocaram a concentração da estrutura fundiária de Palmeira do Piauí, pois, o primeiro e o segundo estratos de área corresponderam apenas, respectivamente a 4,53% e 44,19% dos 39.214 ha. de terras negociados. Por outro lado, apenas 08 (oito) transações do terceiro grupo de área, equivaleram a mais de 50% do total de hectares negociados no município.

## Conclusão

Portanto, o modelo de ocupação e uso do cerrado piauiense e, particularmente, de Palmeira do Piauí, face ao mercado de terras, reproduziu as

características de ocupação e uso dos cerrados brasileiros, alicerçado na concentração da estrutura fundiária e na intervenção de mecanismos institucionais do Estado, diante da valorização das terras intensificada pela produção granífera, especialmente, soja.

<sup>1</sup> Estudante de Ciências Econômicas, bolsista PIBIC/CNPq

<sup>2</sup> Professora do DECON, Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente/UNICAMP

Referências:

IBGE. **Produção agrícola municipal 2006**: município de Palmeira do Piauí e Estado do Piauí. Rio de Janeiro, 2006.

MONTEIRO, M. do S. L. **Ocupação do cerrado piauiense**: estratégia empresarial e especulação fundiária. 2002. 226f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Unicamp/IE: Campinas, 2002.

PALMEIRA DO PIAUÍ. Município de. **Documentação do cartório do município de Palmeira do Piauí**. Palmeira do Piauí, 2007.

SHIKI, S. **O futuro do cerrado**: degradação versus sustentabilidade e controle social. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: Fase, 2ª ed., 2003. 48p. (Série Cadernos Temáticos nº 2).

# TARIFAS BANCÁRIAS

por Zilneide O. Ferreira<sup>1</sup>

Nos anos 80, os bancos auferiam grandes lucros com as operações de floating. Nessa época, para manter o dinheiro dos clientes nas contas, não cobravam tarifas por alguns serviços. Com o Plano Cruzado, em 1986, os lucros tiveram uma queda significativa e os bancos, dentre outras medidas, demitiram funcionários, investiram mais na automação e começaram a transferir os custos dos serviços prestados para os clientes. Mas, o Plano logo fracassou e a especulação financeira retornou; e, para manter o dinheiro dos clientes nas contas, passaram a isentar algumas tarifas.

Quando o Plano Real derrubou a inflação, em meados de 1994, os bancos mudaram novamente de estratégia e desenvolveram um eficiente sistema de tarifas, diversificando produtos e serviços e, claro, cobrando por eles – é o caso das tarifas de cadastro, de renovação de cheque especial, etc. O que, de certo modo, tornou os bancos independentes da conjuntura econômica do país. De acordo com o Ministério da Fazenda, com base nos dados do Banco Central, a lista de tarifas para pessoas físicas se constituía em 74 itens em 2007.

As receitas oriundas das tarifas se tornaram um componente muito importante dos lucros bancários, desde a implantação do Plano Real. Segundo o Dieese (2008), as receitas de prestação de serviços deste setor, associadas à conta-corrente, tiveram um aumento nominal de 848,3%,

entre 1994 e 2007. O Ministério da Fazenda relata ainda que alguns dos argumentos para explicar o aumento nas receitas das tarifas cobradas são o aumento da base de clientes, aumento do número de transações e lucros abusivos dos bancos. Além do elevado número de tarifas, o valor das mesmas se tornou um custo bastante elevado tanto para pessoas físicas quanto para jurídicas, sendo que para estas últimas as tarifas são bem mais elevadas.

Segundo o Jornal do Comércio de Rio Grande do Sul (2007), em média, as pequenas empresas gastam 0,5% de seu faturamento com tarifas bancárias; para pessoas físicas com renda de R\$ 4,5 por mês, o ônus pode chegar até a 3%; e para as camadas de baixa renda, até 20%. Pesquisas recentes da Fundação Procon de São Paulo (2008) também constataram que quase 9% do salário mínimo é gasto, mensalmente, com tarifas bancárias – a pesquisa, que é feita anualmente, teve como base o salário de R\$ 380, mas, a diretora de estudos e pesquisas desta instituição, Valéria Rodrigues Garcia, afirma que essa taxa pode representar 8,49% ao mês do salário do trabalhador brasileiro.

Agora, o Governo, através do Conselho Monetário Nacional (CMN), resolveu intervir nesse setor regulando a cobrança de tarifas. Desde o dia 30 de abril entraram em vigor novas regras para a

cobrança das mesmas e os bancos não poderão mais cobrar tarifas, como, por exemplo, para 10 folhas de cheques, 2 extratos ou 4 saques por mês, bem como, dentre outras medidas, tornou obrigatória a criação de pacotes com nomenclaturas padronizadas de serviços para que os clientes possam compará-los.

Bem, o fato é que ninguém está livre deste ônus, pois, os bancos se tornaram praticamente indispensáveis; é quase impossível viver num mundo capitalista sem ter uma conta corrente. Mas, não devemos esquecer também que, pelas novas regras, estas tarifas podem ser reajustadas semestralmente e que, com certeza, novas estratégias serão adotadas para compensar possíveis perdas com essa fonte de receitas. Devemos ficar atentos às novas regras e comparar os valores cobrados pelos diferentes bancos e pelos diferentes pacotes, uma vez que um dos objetivos dessa regulação é aumentar o grau de transparência das informações para, com isso, os clientes terem melhores condições para a tomada de decisão. Isso é importante, principalmente quando da escolha de um dos pacotes de tarifas disponibilizados pelo banco em que temos conta, pois, podemos estar pagando por serviços que nunca iremos utilizar. Quem tiver interesse nestas regras e na lista das tarifas de todos os bancos, o próprio Banco Central, assim como a FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos, as têm disponíveis na internet.

<sup>1</sup> Economista e mestranda em Ciência Política/UFPI

Expediente:

**INFORME ECONÔMICO**

Ano 11 - Nº 18 - Out/Nov/Dez/2008

**Reitor:** Prof. Luiz de Sousa Santos Junior

**Diretor CCHL:** Prof. Antonio Fonseca Neto

**Chefe DECON:** Prof. Samuel Costa Filho

**Coordenadora do Curso:**

Profa. Fernanda Rocha Veras e Silva

**Coordenador do Projeto Informe Econômico:**

Prof. Solimar Oliveira Lima

**Coordenação da Publicação e Diagramação:**

Econ. Enoisa Veras

**Projeto Gráfico:** MHeN

**Jornalista Responsável:**

Prof. Paulo Vilhena - DRT-PI/653

**Endereço para Correspondência:**

Universidade Federal do Piauí - CCHL

Campus Ininga - Teresina-PI - CEP.:64.049-550

Fone: 86 215-5788 / 5789 / 5790 - Fax.: 86 215-5697

**Tiragem:** 500 exemplares

**Impressão:** Gráfica UFPI



Universidade Federal do Piauí

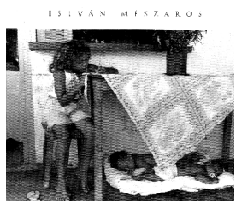
EDUCAÇÃO  
CIENTÍFICA  
ARTE  
E INCLUSÃO  
SOCIAL

## DICAS DE LIVROS<sup>1</sup> do prof. Puscas



Livro: Bom Combate  
Autor: César Benjamin  
Editora: Contraponto

*Há muitos anos o governo brasileiro arrecada mais em impostos do que gasta com salários, custeio e investimento. Tem superávit primário. O déficit só aparece quando agregamos as despesas com o pagamento de juros ao capital financeiro. Como a lei não prevê nem admite a compressão destas despesas, mas sim das demais, ela poderia chamar-se Lei da Prioridade do Uso de Recursos Públicos para Pagamentos aos Bancos, ou Lei que Oficializa que Educação e Saúde São Menos Importantes que Bancos, ou Lei que Declara Intocáveis os Lucros do Sistema Financeiro, Nacional e Estrangeiro, Mesmo às Custas de Cortes em Atividades Essenciais, ou simplesmente Lei do Mais Forte - nomes que, pelo menos, teriam o mérito de abrir o debate. (p.12)*



Livro: A Educação para além do Capital  
Autor: István Mészáros  
Editora: Boitempo

A EDUCAÇÃO  
PARA ALÉM DO CAPITAL

*(...) a dinâmica da história não é uma força externa misteriosa qualquer e sim uma intervenção de uma enorme multiplicidade de seres humanos no processo histórico real, na linha da "manutenção e/ou mudança - num período relativamente estático, muito mais de "manutenção" do que de "mudança", ou vice-versa no momento em que houver uma grande elevação na intensidade de confrontos hegemônicos e antagônicos - de uma dada concepção do mundo que, por conseguinte, atrasará ou apressará a chegada de uma mudança social significativa. (p.50)*

<sup>1</sup> A cada número do Informe Econômico, professores(as) irão dar suas dicas de leitura.

## AGENDA

O Departamento de Ciências Econômicas promoveu debate sobre A CRISE E AS REPERCUSÕES NO BRASIL E NO MUNDO, no Auditório Prof. Noé Mendes/CCHL, no dia 13 de outubro. Os temas abordados pelos professores(as) do DECON foram: 1 - **Globalização financeira e as novas relações internacionais** - *Janaina Martins Vasconcelos e José Lourenço Cândido*; 2) **Expansão do mercado financeiro e as características do mercado de capitais** - *Sebastião Carlos da Rocha Filho*; 3) **Crise global e a repercussão mundial: aspectos teóricos e conjunturais** - *Ricardo Alaggio Ribeiro e Jaíra Maria Alcobaça Gomes* e **Crise global e a repercussão no Brasil: conjuntura e perspectiva** - *Antônio Carlos de Andrade e Samuel Costa Filho*. Observou-se a participação de docentes e discentes de outros cursos.



Professores Samuel, Janaina, José Lourenço, João e Sebastião Carlos.



Economista Márcio Braz e professores Ricardo Alaggio, João, Samuel, Jaíra Alcobaça e Antonio Carlos.



Intervenções dos profs. Puscas/DECON e Cristiano Matias/DEFI.

Agradecemos a charge (p.3) do aluno Francisco Moisés S. Rêgo/UFPI-Curso de Licenciatura Plena em Educação Artística, Habilitação em Artes Plásticas, e o tratamento realizado na foto (p.10) pelo Tupy, designer gráfico.